

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO- CONSEPE

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 20 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação Física (Câmpus de Tocantinópolis).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 24 de setembro de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação Física (Câmpus de Tocantinópolis), conforme projeto, anexo único a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

MÁRCIO SILVEIRA
Reitor

emc.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, CÂMPUS DE
TOCANTINÓPOLIS**

Anexo único da Resolução nº 20/2014 - Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 24 de setembro de 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 20/2014 - CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA, CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS**

CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

TOCANTINÓPOLIS
2014

CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em
Educação Física, da Universidade Federal do
Tocantins, Câmpus de Tocantinópolis.

TOCANTINÓPOLIS
2014

CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Prof. Dr. Márcio Antônio da Silveira
REITOR

Profa. Dra. Isabel Cristina Auler Pereira
VICE-REITORA

Esp. José Pereira Guimarães Neto
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Profa. Dra. Berenice Feitosa da Costa Aires
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Waldecy Rodrigues
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. George França dos Santos
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Prof. Dr. George Lauro Ribeiro de Brito
PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Profa. Dra. Ana Lúcia de Medeiros
PRÓ-REITORA DE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO

Profa. Dra. Francisca Rodrigues Lopes
DIRETORA DO CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS

Sumário

1. Contexto Institucional	08
1.1. Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	08
1.2. A UFT no Contexto Regional e Local	09
1.3. Missão Institucional	11
1.4. Estrutura Organizacional	12
2. Contextualização do Curso	13
2.1. Dados do Curso	13
2.2. Diretor do Campus	14
2.2.1. Administração Acadêmica	16
2.3. Coordenador de Curso	16
2.3.1. Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As atribuições	17
2.4. Relação Nominal dos membros do Colegiado de Curso	18
2.4.1. Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As atribuições	18
2.5. Comissão de elaboração do PPP	20
2.6. Histórico do curso: sua criação e trajetória	20
3. Bases Conceituais do Projeto Pedagógico Institucional	22
3.1. Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT	24
4. Organização Didático-Pedagógica	25
4.1. Projeto Pedagógico do Curso	25
4.2. Justificativa	
4.3. Objetivos do Curso	
4.4. Perfil Profissiográfico	
4.5. Mercado de Trabalho	
4.6. Campo de atuação	29
4.7. Competências, atitudes e habilidades	30
4.8. Organização Curricular	32
4.9. Matriz Curricular	33
4.10. Ementário	34
4.11. Ementário das disciplinas	43
4.12. Ementário das disciplinas optativas	80
4.13. Metodologia	88
4.14. Interface pesquisa e extensão	89
4.15. Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PET, etc	90
4.16. Interface com as Atividades Complementares	91
4.17. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório	92
4.18. Prática Profissional	97
4.19. Trabalho de Conclusão de Curso	102
4.20. Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	109
4.21. Avaliação do Projeto do Curso	111
4.22. Auto-avaliação e avaliação externa (ENADE e outros)	113
5. Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo	115
5.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente	115
5.2. Regime de trabalho	115
5.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010	115
5.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente	115
5.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo	114
6. Instalações Físicas e Laboratórios	115
6.1. Laboratórios e instalações	116
6.2. Bibliotecas	123

6.3. Área de lazer e circulação	124
6.4. Recursos audiovisuais	124
6.5. Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004)	125
6.6. Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso	125
7. Anexos	125
7.1. Regimento do Curso	125
7.2. Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório	132
7.3. Regulamento de TCC	141
8 Curriculum Vitae	145
9 Manual de Biossegurança	145
10 Referências	145

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA -
TOCANTINÓPOLIS**

ASPECTOS ESSENCIAIS

1 – Contexto Institucional

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo Estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de campi da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos campi já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2. A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua

população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas.

Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3. Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010) e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) definem que a missão da UFT é "Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia". E, como visão estratégica "Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional".

Ratificando os termos do Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- I. o estímulo à efetiva interação com a sociedade, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- III. o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- IV. a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. a promoção da extensão articulada com o ensino e a pesquisa, de forma aberta à participação da população e em sintonia com as necessidades sociais emergentes, nas linhas temáticas de comunicação, cultura, direitos humanos, justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

Com aproximadamente quinze mil alunos, em sete campi universitários, a UFT é uma universidade multicampi, localizada em regiões estratégicas do estado do Tocantins, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito, em diversos níveis.

A partir do 2º. Semestre de 2009, foram implantados mais 14 novos cursos nas áreas de Ciências Naturais (Química, Física e Biologia) em Araguaína; Ciências da Saúde (Nutrição e Enfermagem); Engenharias (Engenharia Elétrica e Engenharia Civil); Filosofia e Artes (licenciaturas) em Palmas; Ciências Agrárias e Tecnológicas (Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia e Química Ambiental) em Gurupi e, os cursos tecnológicos de Gestão e Negócios em Cooperativas, Logística e Gestão de Turismo em Araguaína. E, ainda, foi iniciada a oferta de licenciaturas para a formação de professores da rede pública de ensino que atuam sem a titulação exigida pela legislação educacional, integrando o Plano Nacional de Formação de Professores da Capes/MEC.

1.4. Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.
- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
- **Pró-reitorias:** de Graduação; de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão e Cultura, de Administração e Finanças; de Avaliação e Planejamento; de Assuntos Estudantis.
- **Conselho do Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.
- **Diretor de Campus:** docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.
- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.

- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

Os Campi e os respectivos cursos

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Geografia, História, Letras, Química, Física e Biologia, além dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia. Além disso, disponibiliza os cursos tecnológicos em Gestão de Cooperativas, Logística e Gestão em Turismo; o curso de Biologia a distância; o Doutorado e o Mestrado em Ciência Animal Tropical.

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia, Educação do Campo e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal; Engenharia Biotecnológica; Química Ambiental e a licenciatura em Biologia (modalidade a distância). Oferece, também, o programa de mestrado na área de Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciência da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação Social; Direito; Engenharia de Alimentos; Engenharia Ambiental; Engenharia Elétrica; Engenharia Civil; Medicina, as licenciaturas em Filosofia, Artes e Pedagogia. Disponibiliza, ainda, os programas de Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos, Ciências do Ambiente, Ciências da Saúde, Desenvolvimento Regional, Educação, Engenharia Ambiental, Gestão de Políticas Públicas, Modelagem Computacional de Sistemas.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras e o mestrado em Ecologia de Ecótonos.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia, Educação do Campo e Ciências Sociais.

2. Contextualização do Curso

2.1. Dados do Curso:

- Nome do Curso/Habilitação: Educação Física
- Modalidade do Curso: Licenciatura (1 entrada anual)
- TITULAÇÃO CONFERIDA: Licenciado em Educação Física
- Endereço do Curso: Av. Nossa Senhora de Fátima nº1588, Tocantinópolis-TO CEP 77900-000
- Ato Legal de Reconhecimento do Curso: a ser aprovado

- Número de Vagas: 50 vagas
- Turno de Funcionamento: matutino e noturno (sendo a primeira oferta no período noturno)
- Dimensão das turmas teóricas e práticas: 50 alunos por ano
- Duração do curso: 4 (quatro anos), com carga horária total de 2850 horas

2.2. Diretor do Campus: Francisca Rodrigues Lopes

2.2.1 - Administração Acadêmica: Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins

No campus universitário de Tocantinópolis, a gestão institucional e a gestão do curso trabalham com base em uma gestão democrática, com vistas a promoção da participação dos acadêmicos e docentes na elaboração de diretrizes e princípios que corporificam os objetivos propostos pelo Projeto Pedagógico do Curso.

As atribuições da Direção do Campus e do Conselho Diretor conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, Cap. II Da Administração das Unidades Universitárias, são as seguintes:

Art. 25 - O Campus é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos *Campi* de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de Campus:

I. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;

II. encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;

- III. tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de Campus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV. encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor;
- V. solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de Campus antes de findo o seu mandato;
- VI. elaborar e modificar o Regimento de Campus para aprovação final pelo Conselho Universitário;
- VII. zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;
- VIII. propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;
- IX. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- X. implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;
- XI. organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;
- XII. propor a atribuição do título de —Professor Emérito!;
- XIII. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;
- XIV. adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;
- XV. elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;
- XVI. sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVII. fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVIII. propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XIX. endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;
- XX. emitir parecer em assunto de sua competência;
- XXI. exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez)

dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento de Campus disporá sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor de Campus.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de Campi poderão ser implementadas por sugestão das Pró-Reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-Graduação ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho Universitário.

Art. 30 - São atribuições do Coordenador de Campus:

I. administrar o Campus;

II. representar o Campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do Campus por disposição regimental;

III. promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;

IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Campus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;

V. integrar o Conselho Universitário;

VI. encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Campus;

VII. apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Campus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;

VIII. delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto.

2.3. Coordenador do Curso:

Para a formação do Curso de Licenciatura em Educação Física a Universidade Federal do Tocantins instituiu uma Comissão de Implantação do Curso de Educação Física – Licenciatura, indicando como Coordenadora do Curso a Prof^ª Ma. Klívia de Cássia Silva Nunes que iniciará os trabalhos da coordenação e posteriormente a chegada de professores concursados e a formação do colegiado do

curso será realizada a eleição para escolha definitiva do Coordenador do Curso de Educação Física.

2.3.1 Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As atribuições

Na UFT, a coordenação acadêmica dos cursos é desenvolvida com base na concepção de gestão democrática, que valoriza a participação de todos os envolvidos no processo de discussão e definição dos princípios, diretrizes, procedimentos e ações que concretizarão os objetivos deste Projeto Pedagógico de Curso. Neste sentido, os Cursos possuem uma instância colegiada, composta por todos os seus professores, por representantes estudantis e de técnicos administrativos, que define, acompanha e avalia as questões relativas ao Ensino, a Pesquisa e a Extensão. O Curso de Educação Física será organizado dentro desta mesma lógica.

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação Física, inicialmente, deverá ser ocupada por um professor do quadro efetivo integrante da Comissão que elaborou a proposta do Curso e, tão logo seja implantado deverá ocorrer processo eleitoral atendendo as seguintes exigências: docente Mestre ou Doutor na área de Educação Física ou em área que tenha aderência ao curso, eleito através de processo de consulta direta a comunidade acadêmica, conforme determina o Estatuto da UFT, com mandato de dois anos. Abaixo a competência do coordenador.

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos (ou de áreas) compete:

- I. representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;
- III. propor ao Coordenador do Campus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Campus;
- IV. responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;
- V. expedir instruções referentes aos cursos;
- VI. representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-

se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade. Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 – As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 – Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 – Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

2.4. Relação Nominal dos membros do Colegiado de Curso:

O Curso de Educação Física, encontra-se em formação. Está prevista a contratação de docentes por meio de concurso público para compor o quadro efetivo de docentes, em regime de dedicação exclusiva.

2.4.1 Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins - As atribuições

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, SEÇÃO I - Das Coordenações e dos Colegiados de Cursos, as coordenações de cursos (ou áreas) são estruturadas a partir dos seguintes princípios:

Art. 36 - As Coordenações de Cursos são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo discente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voto e voz.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

I. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a seqüência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;

II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;

III. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV. opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;

V. fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI. conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou

parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;

VII. estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII. decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX. propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;

X. eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI. coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

2.5. Comissão de elaboração do PPC:

Profª Klívia de Cássia Silva Nunes (Curso de Ciências Sociais)

Profº Marco Aurélio Gomes de Oliveira (Curso de Pedagogia)

Klisma de Sousa Martins (Acadêmico de Ciências Sociais)

Marcélio Martins Campos (Secretaria Acadêmica)

2.6. Histórico do curso: sua criação e trajetória

Nas últimas décadas temos visto um novo modelo de vida onde as pessoas passam muito tempo em frente ao computador e a televisão, a produção de novos alimentos industrializados e compostos alimentares feitos em laboratórios associados à correria da vida diária favoreceu a criação de novos hábitos alimentares consequentemente, provocando uma vivência sedentária que marca as relações cotidianas de crianças e adultos na sociedade capitalista.

Neste cenário as pesquisas a respeito da qualidade de vida das pessoas ganharam destaque na contemporaneidade e nesse sentido, uma compreensão que se propaga está relacionada à contribuição das atividades físicas e das práticas esportivas para a melhoria da qualidade de vida da população no

que se refere ao bem-estar físico, social e emocional. Os estudos na área mostram que a prática regular de exercícios físicos traz benefícios que se destinam a melhoria da força e do tônus muscular e da flexibilidade, fortalecimento dos ossos e das articulações. Ajudando a diminuir a obesidade e os riscos de doenças cardiovasculares. Bem como pode ajudar no desenvolvimento das habilidades psicomotoras e cognitiva. É comprovado também que a prática de esportes deve ser uma atitude a ser adotado por todas as idades.

Destarte a atividade física pelos seus efeitos sobre a saúde do ser humano e formação do cidadão, presta significativas contribuições para o bem estar de todos que a praticam e primam por um estilo de vida saudável e qualidade de vida. Tais questões remetem aos objetos de estudo da área de Educação Física nas mais diversas perspectivas, como a biológica, psicológica, social e cultural. (SANTOS; SIMÕES, 2012).

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o curso de Educação Física (2004) três dimensões interdependentes o caracterizam: a dimensão da prática de atividades físicas, recreativas e esportivas, a dimensão do estudo e da formação acadêmico-profissional e a dimensão da intervenção acadêmico-profissional. Estas dimensões envolvem a vivência de atividades esportivas e recreativas como forma de acesso e prevenção de questões ligadas à saúde física, mental e a preservação de aspectos culturais. Pesquisas que resultem na intervenção acadêmico-profissional na referida área. Assim como a participação, assessoria, coordenação, liderança e gerenciamento de equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte e da educação. Percebe-se assim que a formação do profissional da área de educação física é muito mais ampla e complexa do que comumente se imagina.

O curso de Educação Física se insere em uma área de conhecimento multidisciplinar, possibilitando ao Projeto Pedagógico do Curso encaminhar o aprofundamento dos estudos para diferentes áreas Biomédicas, como: Bioquímica, Fisiologia, Anatomia, Fisiologia do Exercício, Psicologia do Esporte, ou para as Humanidades como: Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia e História etc.

Diante do exposto, a reflexão sobre a possibilidade da criação de projetos para a oferta de novos cursos, atentando para a demanda social, as condições de oferta em termos de infra-estrutura física e de recursos humanos necessários e como um desejo da comunidade Tocantinopolina por um curso que viesse ao encontro das necessidades da cidade, tendo como objetivo a qualidade de vida da população através de atividades físicas, surge o curso de Educação Física no processo de expansão do Campus Universitário de Tocantinópolis.

O campus de Tocantinópolis apresenta um histórico de discussões voltadas à área da educação, uma vez que nele existe o curso de licenciatura em Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo. Assim, verificando a demanda local por formação docente na área de Educação Física, uma comissão

foi designada para a estruturação e elaboração do Projeto Político Pedagógico deste curso de licenciatura.

No caso do curso proposto, o aprofundamento será dado para o viés das humanidades, a fim de oferecermos uma Educação Física Escolar, cuja prática pedagógica estará voltada para as atividades físicas e desportivas representadas pelos movimentos corporais como: jogos, danças, lutas, ginásticas, esportes, brincadeiras, com sentido educativo, preventivo e de reabilitação. Tem como meta a formação de um profissional, cujos valores éticos, morais e políticos estão comprometidos com a articulação entre educação e saúde, fundadas nos aspectos da competência pedagógica e científica da Educação Física em prol da melhoria das condições de saúde da população, tal como está proposto na Resolução CNE/CES 7/2004, em seu Art. 3º:

Área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Ratifica-se então que o saber que se exige do profissional de educação física para a promoção da saúde não se limita ao conhecimento dos aspectos físico-corporais, mas se inscreve num contexto sócio-cultural.

3 – Bases Conceituais do Projeto Pedagógico Institucional

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível

de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso efetiva-se de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivarão em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria– prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se

interporão a ele, no presente e no futuro;

- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;
- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1. Fundamentos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UFT

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foi apontado como uma das questões relevantes as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem efetivados em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, este Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias a atuação, profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos áudio-visuais e de

plataformas digitais.

4 – Organização Didático-Pedagógica

4.1. Projeto Pedagógico do Curso

A organização didático pedagógica do curso de Licenciatura em Educação Física da UFT tem como base conceitual e estrutural as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Educação Física (Parecer CNE/CES 58/2004) . Pretende-se com isso, garantir um efeito didático no encaminhamento dessa proposta curricular.

4.2. Justificativa

O referido curso se faz necessário na região do Bico do Papagaio - TO por apresentar um déficit de profissionais formados para trabalhar com as disciplinas de educação física escolar. Raras são as escolas que podem contar com a presença de um professor formado na área. Conforme dados de 2012 disponibilizados pela Diretoria Regional de Ensino de Tocantinópolis, constatou-se que nos 11 municípios que compõe esta regional, existem 12 professores formados na área e 17 professores sem a habilitação necessária atuando nas 34 escolas da regional. Vemos então que a maioria dos professores que assumem essa disciplina possui outras formações, o que prejudica a realização de um trabalho que atenda a perspectiva de uma verdadeira educação física.

Outro dado importante que foi considerado na proposição do referido curso diz respeito ao levantamento realizado em 2008 objetivando o oferecimento de cursos de graduação pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), os dados apontavam na época que havia no Tocantins uma demanda de 1.035 professores que já atuavam como professores de educação física sem a devida formação. Cruzando estes dados com outra pesquisa realizada em 2010, por professores do Campus de Tocantinópolis, nas três escolas de Ensino Médio do município, a Educação Física aparece entre os dez principais cursos pretendidos pelos estudantes entrevistados, ficando em 5º lugar na preferência como primeira opção de curso de graduação e 2º lugar como segunda opção.

Em pesquisa realizada no site do E-mec¹ observou-se a existência de 09 de Instituições que ofertam o curso de Educação Física, sendo: 02 à distância (UNB e Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR); 07 presenciais (Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP, Centro Universitário – UNIRG, Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC, Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Palmas – FAHESA/ITPAC, Faculdade de Educação Física de Araguaína – ITPAC, Faculdade de Palmas – FAPAL, Universidade Federal do Tocantins – UFT/PARFOR/Campus de Miracema). Vale ressaltar que o curso da Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Palmas – FAHESA/ITPAC encontra-se em análise pelo MEC. E das nove Instituições três ofertam o curso com as habilitações Bacharelado e Licenciatura (CEULP, CEUCLAR e UNIRG). Outro dado importante

¹ Disponível no site: <http://emec.mec.gov.br/>. Acessado em 18/03/2013

a ser observado é que com exceção das Universidades UNB e UFT as demais são de iniciativa privada.

Além disso, dos 24 cursos ofertados na região do Bico do Papagaio², este será o primeiro a ser implantada em uma Instituição Pública, Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus de Tocantinópolis, na modalidade presencial. O que representaria o atendimento a uma categoria de estudantes que economicamente encontra-se impossibilitada de optar por tais cursos já existentes.

Justifica-se ainda a relevância de tal curso em virtude da abrangência do campo de atuação do profissional de Educação Física, a saber:

- a docência na Educação Infantil, no Ensino Fundamental (ciclos I e II), no Ensino Médio, assim como em Educação Profissional;
- a produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;
- as atividades de orientação da prática esportiva em locais como academias, associações, etc.

A educação física se inscreve assim em espaços escolares e não escolares, que na região do Bico do Papagaio existem, como: academias para o público em geral (I9 Fitness; Corpus Ativos, Equilíbrio); para pessoas da terceira idade (Academia da Melhor Idade – AMI), programas estaduais como PETI, CREAS, CRAS, APAE, Centro Esportivo, etc., que também justificam a implantação do curso, pois há carência de profissionais da área, isto faz a necessidade no futuro de se criar também o curso de bacharelado.

Desta forma, o Curso de Educação Física da UFT/Tocantinópolis tem como proposta primar pela qualificação do futuro profissional, buscando na interdisciplinaridade e na tríade pesquisa, ensino e extensão, a articulação de ações e desenvolvimento do conhecimento científico, para proporcionar uma formação pautada na visão cultural abrangente e solidamente estruturada.

Confluindo assim para a consecução da missão e visão estratégica da UFT que remete a produção e

² A Mesorregião do Bico do Papagaio compreende 66 municípios – 25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins – distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.109,5 km² e com população de 1.436.788 habitantes. Disponível no site: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/bico_papagaio.pdf. Acessado em 22/03/2013. O Território Bico Do Papagaio - TO abrange uma área de 15.852,60 Km² e é composto por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Tocantinópolis, Axixá do Tocantins, Nazaré, Riachinho, Sampaio e Sítio Novo do Tocantins. Disponível no site: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/bicodopapagaioto/one-community?page_num=0. Acessado em 22/03/2013

difusão de conhecimentos que formarão profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia. (PDI, 2007³). Para uma maior compreensão da proposta do curso de Educação Física, faz-se necessário conhecer o campo de atuação do Licenciado e os objetivos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

4.3.Objetivos do Curso

Os objetivos do curso de Educação Física vêm atender a Resolução nº07 de 31 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Assim, o presente curso tem como objetivos:

Objetivo Geral

- Proporcionar uma formação profissional atuante na área de Educação Física, na Educação Básica, tendo em vista o desenvolvimento de habilidades necessárias aos egressos do curso, para que possam expressar, no exercício profissional docente, uma visão social de seu papel como educador e orientador de indivíduos, quando do exercício de sua cidadania.

Objetivos Específicos

- Preparar, com solidez, o profissional para interagir em equipes multidisciplinares, no intuito de contribuir para a efetivação de projetos relacionados à escola de Educação Básica;
- desenvolver o saber conceitual e o saber fazer específicos da Educação Física e das outras ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;
- trabalhar o espírito de pesquisador da realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio da diversidade do movimento humano e da modalidade de atividade física visando a formação e o enriquecimento cultural da sociedade para adoção de um estilo de vida saudável e qualidade de vida;
- intervir academicamente nas transformações tecnológica da informação e da comunicação de forma ampliar a visão acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com objetivo de continuar sua formação e produção acadêmico-profissional.

4.4. Perfil profissiográfico

A Área de Educação Física tem passado por importantes debates ao longo das últimas décadas, que trouxeram para o centro das reflexões a compreensão do movimento humano em sua relação com a totalidade social e cultural. Neste sentido, estes debates problematizaram o caráter subserviente da Educação Física ao longo do século XX e as concepções aí presentes, de fundamento higienista, militarista, competitivista, etc., contrapondo-lhes uma concepção baseada na compreensão crítica do movimento humano, em suas diferentes dimensões (física, esportiva, recreativa, de lazer, de trabalho, etc.) e em sua relação com o contexto sociocultural mais amplo. Estes debates questionam o caráter predominantemente instrumental da formação física, marcada pela moldagem de corpos atléticos e esportivos e pela estetização corporal, que equacionam corpo, ciência e mercado.

Esta concepção foi incorporada ao texto legal, ao estabelecer as diretrizes curriculares para os cursos na área da Educação Física. A Resolução No 7/2004, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física, graduação plena, em nível superior, estabelece que “a Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.”

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Campus de Tocantinópolis objetiva formar o professor para atuar na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), qualificando-o para compreender, analisar e refletir criticamente sobre as diferentes expressões do movimento humano, do esporte educacional e das práticas de saúde e de lazer social que interagem com a escola, com a cultura e com a sociedade, além de promover atividades relacionadas a estes âmbitos em instituições escolares, tomando por base os conhecimentos científicos da Área de Educação Física. O egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física do Campus de Tocantinópolis é educador físico licenciado, habilitado para atuar na Educação Básica, com formação geral, humanística e crítica acerca do homem, da sociedade e da instituição escolar, bem como dos conhecimentos específicos da Área de Educação Física e nos conhecimentos didático-pedagógicos que lhe permitem inserir-se de forma crítica e responsável nas atividades de ensino escolar da Área de formação.

4.5. Mercado de Trabalho

O Licenciado em Educação Física egresso na UFT terá como áreas de atuação os espaços e ambientes escolares nos diferentes níveis de ensino. Portanto, poderá atuar em instituições de ensino na

educação infantil, séries iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio, em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distancia. Além disso, atua em espaços de educação não-formal e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais.

4.6. Campo de Atuação

Evidencia-se que as áreas de atuação do curso de Educação Física permitem selecionar as competências e habilidades necessárias para um profissional com formação generalista e abrangente e deve estar em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Física (BRASIL, 1997).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física, de 18/02/2004, o curso de Licenciatura em Educação Física passou a formar profissionais exclusivamente para a Educação Básica, ou seja, para atuar nas escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Médio, bem como para desempenhar atividades de planejamento, coordenação e supervisão de atividades pedagógicas do sistema formal de ensino. O licenciado poderá também atuar em pesquisas relacionadas ao ensino e suas interfaces com outras áreas de estudo. Entretanto, os novos licenciados não podem atuar em espaços não escolares, como em academias, clubes e outros.

O Graduado de Educação Física com Licenciatura em Educação Física deverá estar capacitado a atuar na Educação Básica e na Educação Profissional segundo o parecer CNE/CES 0138/2002. O licenciado em Educação Física atua na área formal, desenvolvendo seu trabalho no magistério para a Educação Infantil, ensino Fundamental (1o ao 5o ano e 6o ao 9o ano) e Médio. Sua função é promover a Educação através das praticas esportivas, jogos, ginástica, lutas e expressões corporais, com o objetivo de evidenciar os aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento motor, cognitivo, psíquico e social. Em termos profissionais, a preparação do Licenciado em Educação Física esta orientada para sua atuação na escolarização básica (parecer CNE/CES 0138/2002.), planejando, implementando e avaliando programas de educação física escolar.

Áreas de atuação:

1) Educação Física Infantil

- Atuar nas creches e escolas públicas e privadas especializadas em educação infantil.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas e recreativas nas diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo, motor e sócio-afetivo, bem como, atendendo as diversidades.

- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de educação física para oportunizar, estimular e desenvolver habilidades de manipulação, locomoção, estabilização e sinestésicas para construir e aprimorar o repertório motor.

2) Educação Física no Ensino Fundamental

- Atuar no ensino fundamental em escolas públicas e/ou privadas.
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar atividades lúdicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer, planejar e executar programas de atividades de educação física para oportunizar, estimular, desenvolver habilidades motoras múltiplas e atividades complexas específicas vivenciadas por meio das praticas esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.

3) Educação Física no Ensino Médio

- Atuar no ensino médio em escolas públicas e/ou privadas
- Conhecer a estrutura e funcionamento da educação básica.
- Conhecer, planejar, coordenar, aplicar e avaliar programas de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Conhecer conteúdo teórico-prático das modalidades esportivas.
- Planejar e executar programas de atividades de Educação Física para consolidar as habilidades motoras complexas e específicas.
- Conhecer e desenvolver jogos com caráter competitivo, cooperativo, recreativo, atividades rítmico-expressivas e atividades para aprimorar as capacidades físicas.
- Conhecer e aplicar metodologias do treinamento desportivo.
- Conhecer, orientar e desenvolver noções conceituais de esforço, intensidade e frequência nas praticas de atividades físicas.

4.7. Competências, atitudes e habilidades

O egresso do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins, em consonância com a Resolução CNE/CES No 07/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Graduação em Educação Física, propõe as seguintes competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão:

Habilidades e Competências:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática;
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir

acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável;

- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados as atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;
- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados as atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas;
- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional;
- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

Entende-se que para o desenvolvimento e aquisição de competências, atitudes e habilidades

anteriormente descritos, torna-se imprescindível a articulação entre os trabalhos desenvolvidos no âmbito do curso, relacionados a graduação como oferta de disciplinas, monitorias, inserção do graduando em grupos e projetos de pesquisa em andamento na instituição, participação em eventos de natureza científica, tendo em vista a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento do graduando em Educação Física de forma mais abrangente.

4.8. Organização Curricular

O Projeto de Licenciatura em Educação Física do Campus Universitário de Tocantinópolis, como já evidenciado anteriormente, busca constituir uma forte integração curricular e didático-pedagógica com o Curso de Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo. Esta articulação envolve o conhecimento do sujeito humano em geral e do espaço escolar em particular, inscritos num contexto econômico, social, político e cultural historicamente constituído. Envolve também conhecimentos relacionados ao processo de apropriação pessoal do conhecimento por parte dos licenciados (a iniciação a pesquisa) e a sua transmissão (os processos didático-pedagógicos).

Neste sentido, a proposta curricular do Curso é composta por um conjunto de disciplinas comuns, seja na área de formação geral e humanística, seja na área de compreensão do espaço escolar e das práticas pedagógicas. Além disso, introduz disciplinas optativas, que poderão ser cursadas dentro um rol ofertado no próprio curso e/ou outro curso, que tenham afinidade com sua área de formação e interesse específico. Assim sendo, esta organização curricular favorece a formação de linhas e de grupos de pesquisa que tenham interface com a formação de professores, integrando pesquisadores de áreas distintas em sua formação origem.

Além disso, o Projeto de Licenciatura em Educação Física proposto pelo campus universitário de Miracema inclui em seu rol de disciplinas a Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS – disciplina obrigatória, conforme Decreto No 5.626/2005.

Disciplinas Pedagógicas nos cursos de Licenciatura

O Curso de Educação Física seguirá as orientações da Resolução CNE/CP nº 1/2002, de 18/02/2002 e Parecer CNE/CES nº 213/2003, de 01/10/2003, no que se refere às dimensões pedagógicas. Neste sentido a oferta das disciplinas pedagógicas será na proporção 1/5 de carga horária que corresponde a 570h da carga horária total das 2.850 horas.

Atividades semipresenciais

O curso de graduação em Educação Física estabelece em sua respectiva estrutura curricular o

oferecimento de disciplinas na modalidade semipresencial, contando com o suporte de recursos didáticos organizados em distintos suportes tecnológicos e da ciência da informação que utilizem novas mídias de comunicação, baseadas no Art. 81 da Lei 9.394 de 1996, deste que não ultrapassem 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso nos termos da Portaria nº 4.059 de 10 de dezembro de 2004. A opção do curso para a utilização semestral das disciplinas semipresenciais, no caso específico o da utilização da Plataforma Moodle, está em consonância com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 15/2011, que dispõe sobre a regulamentação nas modalidades semipresencial e tutorial da Universidade Federal do Tocantins.

4.9. Matriz Curricular

A proposta pedagógica deste curso tem sua estrutura curricular organizada segundo as orientações do Parecer CNE/CES nº 0138/2002 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física e em especial, das Resoluções CNE/CP nº 01/2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura Plena, e Resolução CNE/CP nº 02/2002 que institui a duração e a carga horária dos Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, como também levou em conta os pressupostos que fundamentam as Diretrizes Curriculares Nacionais introduzidas pela resolução CNE/CES 7/2004. Desta forma a matriz curricular atende as resoluções mencionadas bem como o parecer CNE/CES no58/2004.

Vale ressaltar que o currículo do PPC de Educação Física atende também o Decreto nº 5.626/2005, com a inserção da disciplina de Libras na estrutura curricular, como disciplina obrigatória. Além disso, está contemplado no PPC a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 001/2004 e Parecer CNE/CP nº 003/2004) e Leis nº 1.645/2008 e nº 10.639/2003, que tratam da obrigatoriedade da inclusão das temáticas da História da África e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e da Educação das Relações Étnico-Raciais nos currículos da Educação Básica e Educação Superior. Assim, em respeito a este tema foi destinada a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena não só para atender as prerrogativas das leis citadas, mas por se entender a importância desta temática na formação do profissional da Educação Física preparados o emprego de um dispositivo legal, para conhecer a história da diversidade cultural e sua dívida histórica com esta parcela da população brasileira.

Quanto a abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999, Art. 11e Decreto nº 4.281 de 25/06/2002), foi destinada a disciplina de Educação Ambiental, por compreender que o futuro professor/a de educação física deve estar integrado com as questões ambientais, visto que, o curso está situado na região do Bico do Papagaio, que apresenta um ecossistema de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, delimitada pelos rios Tocantins e Araguaia, e, que a questão ambiental se faz necessária na formação deste profissional de forma a colaborar transformação da realidade socioeconômica e cultural da região.

Desta forma, organização curricular do Projeto foi elaborada com base na oferta por créditos, sendo que a maioria das disciplinas é constituída por 4 (quatro) créditos, a exceção de projetos, estágios e monografia. A integralização da totalidade da carga horária deverá ser feita em no mínimo 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos e no máximo de 12 (doze) semestres ou 6 (seis) anos, perfazendo um total de carga horária de 2850 horas. Assim, o Curso de Licenciatura em Educação Física será desenvolvido em 8 (oito) semestres, com organização disciplinar disposta em 5 (cinco) dias letivos semanais, equivalente a 5 (cinco) disciplinas semestrais. Ressalta-se que o curso de licenciatura em Educação Física terá uma entrada anual, intercalando a entrada com o curso de bacharelado que será ainda implantado.

Quadro 1: Matriz Curricular

Período	Disciplinas	Créditos	CH/T	CH/P	Horas	Pré-Requisito
Primeiro	Anatomia Geral	4	30	30	60	
	Historia e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	4	60	0	60	
	Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal	4	15	45	60	
	Fundamentos Filosóficos da Educação Física	4	60	0	60	
	Metodologia do trabalho científico	4	45	15	60	
	Atividades Complementares 1					
	Sub Total		20	210	90	300
Segundo	Anatomia do Movimento	4	15	45	60	
	Bases Pedagógicas dos Esportes Coletivos (Handebol e Basquetebol)	4	15	45	60	

	Historia da Educação Física	4	60	0	60	
	Leitura e Produção de Texto	4	45	15	60	
	Higiene e Socorros de Urgência	4	30	30	60	Anatomi a Geral
	Atividades Complementares 2					
	Sub Total	20	165	135	300	
Terceiro	Didática	4	60	0	60	
	Teoria e Prática do Atletismo I	4	15	45	60	
	Crescimento e desenvolvimento motor	4	45	15	60	
	Bases Pedagógicas dos Esportes Coletivos (Voleibol)	4	15	45	60	
	Fisiologia Humana	4	60	0	60	Anatomia Geral
	Atividades Complementares 3					
	Sub Total	20	195	105	300	
Quarto	Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano	4	45	15	60	Anatomia Geral e Anatomia do Movimento/ Fisiologia Humana
	Teoria e Prática do Atletismo II	4	15	45	60	Teoria e Prática do Atletismo I
	Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física	4	60	0	60	
	Psicologia da Educação	4	60	0	60	

	Jogos e brincadeiras na educação básica	4	30	30	60	
	Libras	4	30	30	60	
	Atividades Complementares 4					
	Sub Total	24	240	120	360	
Quinto	Educação Ambiental	4	60	0	60	
	Ética e Educação Física	4	60	0	60	
	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	4	60	0	60	
	Medidas e Avaliação na Educação Física	4	45	15	60	Bases cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano
	Estágio da Educação Infantil	6	30	60	90	Didática
	Atividades Complementares 5					
	Sub Total	22	255	75	330	
Sexto	Fisiologia do exercício	4	60	0	60	Fisiologia Humana
	Educação Física Escolar para Grupos Especiais	4	30	30	60	
	Estágio do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	8	30	90	120	Estágio da Educação Infantil
	Teoria e Prática da Musculação	4	15	45	60	
	Optativa I	4	60	0	60	
	Atividades Complementares 6					

	Sub Total	24	195	165	360	
Sétimo	Teoria e Práticas das Lutas	4	30	30	60	
	Estágio do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano)	8	30	90	120	Estágio do Ensino Fundamental (1° ao 5° ano)
	Pesquisa em Educação Física Escolar I	4	15	45	60	Metodologia do Trabalho Científico
	Teoria e Prática das Atividades Aquáticas	4	15	45	60	
	Optativa II	4	60	0	60	
	Atividades complementares 7					
	Sub Total	24	150	210	360	
Oitavo	Pesquisa em Educação Física Escolar II	4	15	45	60	Pesquisa em Educação Física Escolar I
	Estágio do Ensino Médio	6	30	60	90	Estágio do Ensino Fundamental (6° ao 9° ano)
	Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas	4	30	30	60	
	Fundamentos da Ginástica	4	15	45	60	Crescimento e desenvolvimento motor
	Optativa III	4	60	0	60	
	Atividades complementares 8					
	Sub Total	22	150	180	330	
Subtotal Geral		176	1560	1080	2640	
Atividades complementares		14			210	

TOTAL GERAL	190			2850	
--------------------	------------	--	--	-------------	--

- I. Desenvolvimento dos conteúdos / conhecimentos / competências curriculares e práticas a ser vivenciadas ao longo do curso de natureza científica, técnica, pedagógica e cultural: 2040 horas.
- II. Desenvolvimento do Estágio Curricular Obrigatório: 420h.
- III. Aprofundamento de estudos, atividades de extensão e de natureza acadêmico científico cultural corresponde a 210 horas.
- IV. Disciplinas optativas: 180 horas.

Conceituação dos componentes curriculares do Núcleo de Aprofundamento Curricular

1) Componentes curriculares optativos: por definição, são componentes disciplinares de livre escolha do acadêmico dentre um universo de possibilidades ofertadas pelo Curso de Educação Física da UFT e/ou outros cursos desta ou de outras instituições de ensino superior que tenham afinidade com a área de formação do educador físico e possibilitem aprofundamento de estudos nas diversas modalidades e níveis de ensino.

2) Atividades complementares: por definição, trata-se de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidos por diferentes instituições formativas, que propiciem vivências, saberes e experiências em diferentes áreas do campo educacional. A participação do acadêmico nessas atividades deverá ser comprovada mediante apresentação de certificação junto a Secretaria Acadêmica do Campus.

Dimensões Curriculares:

O PPC do curso de Educação Física está elaborado em consonância com Diretrizes Curriculares Nacionais, Parecer CNE/CES Nº 274/2011, 06/07/2011, no que se refere ao trato do conhecimento, tendo como princípio a indissociabilidade entre a teoria e a prática. Para tanto, os níveis de aprofundamento e distribuição das disciplinas estão organizadas por dimensões de conhecimento de cada área.

Na prática, esta organização possibilita uma maior articulação entre os componentes curriculares de natureza interdisciplinar e por outros de natureza integradora. Assim, deve proporcionar, durante todo o curso, a busca de formulações a partir dos grandes questionamentos, que devem estar representados

nos objetivos gerais e específicos, nas disciplinas, interdisciplinas, projetos, e, em todas as atividades desenvolvidas no percurso acadêmico e nos trabalhos de conclusão do curso.

Enfim, por meio do ensino, extensão e da pesquisa, os alunos deverão refletir sobre a área de conhecimento numa perspectiva mais ampliada e contextualizada como forma de responder aos questionamentos proposto. Desta forma, a matriz curricular está dividida em sete (7) dimensões, distribuídas em duas categorias uma de formação ampliada e a outra de formação específica, a saber:

a) Formação Ampliada

Relação ser humano-sociedade: Esta dimensão visa à relação do homem e seu meio social, em prol de seu bem-estar, que reflete em suas experiências como cidadão. Foco este essencial para a vida equilibrada na saúde, educação, lazer, outros. De acordo com estes fundamentos, esta dimensão trabalhará as seguintes disciplinas: Educação Física Escolar para Grupos Especiais e Ética e Educação Física.

Biológica do corpo humano: Tem como foco a estrutura corporal sob o enfoque da percepção do próprio corpo, sentindo e compreendendo, por exemplo, os ossos e os músculos envolvidos nos diferentes movimentos e posições, em situações de relaxamento e tensão. Disciplinas que fazem parte desta dimensão: Anatomia Geral; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Higiene e Socorros de Urgência; Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano; Medidas e Avaliação na Educação Física e Crescimento e Desenvolvimento Motor.

Produção do conhecimento científico e tecnológico: A organização destes conteúdos contemplará exigências postas nas políticas públicas para a formação de professores que têm expressão nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, bem como, para a Educação Física. Neste projeto, estas atividades pedagógicas se concretizam na identificação de um conjunto de saberes que exigirão uma reflexão mais densa, na articulação do conjunto das disciplinas do curso para elaboração do trabalho de conclusão de curso. Fazem parte deste eixo as disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico; Pesquisa em Educação Física Escolar I e Pesquisa em Educação Física Escolar II.

b) Formação específica:

Técnico-instrumental: Este compreende o trabalho de articulação entre o trabalho final de curso, o estágio supervisionado e a prática de ensino. Compreendem as seguintes disciplinas: Estágio da Educação Infantil; Estágio do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); Estágio do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Estágio do Ensino Médio.

Culturais do movimento humano: As disciplinas desta dimensão têm como foco a origem nas Ciências da Saúde e Ciências Humanas. Assim, os conteúdos trabalhados estão representados por disciplinas que trabalham os fundamentos teórico-metodológicos da prática corporal e vivencial. Esta dimensão é composta pelas seguintes disciplinas: Fundamentos da Ginástica; Teoria e Prática das Lutas; Bases Pedagógicas dos Esportes Coletivos (Handebol e Basquetebol); Teoria e Práticas das Atividades Aquáticas; Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal; Teoria e Práticas do Atletismo I; Teoria e Prática do Atletismo II; Bases Pedagógicas do Voleibol, Jogos e Brincadeiras na Educação Básica; Teoria e Prática da Musculação; Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas.

Didático-pedagógico: Este grupo de disciplinas compõe os saberes constituídos, pedagogicamente na área da Educação. Compõe este eixo as disciplinas de: Libras; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Psicologia da Educação; História da Educação Física; Educação Ambiental; Política, Legislação e Organização da Educação Básica; Didática, Leitura e Produção de Texto; Fundamentos Filosóficos da Educação Física e Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física.

Para melhor visualizar as disciplinas por dimensão e distribuição de carga horária, ver o quadro 2 abaixo:

Quadro 2: Dimensão e Distribuição por Carga Horária

Dimensão	Disciplinas	Créditos	CH/T	CH /P
Relação ser humano-sociedade	Educação Física Escolar para Grupos Especiais	4	60	0
	Ética e Educação Física	4	60	0
Sub Total		8	120	0
Total de Carga Horária: 120h				
Biológica do corpo humano	Anatomia Geral	4	30	30
	Fisiologia Humana	4	60	0
	Fisiologia do exercício	4	60	0
	Anatomia do movimento	4	15	45
	Higiene e Socorros de Urgência	4	30	30

	Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano	4	45	15
	Medidas e Avaliação na Educação Física	4	45	15
	Crescimento e desenvolvimento motor	4	45	15
Sub Total		32	330	150
Total de Carga Horária: 480h				
Produção do conhecimento científico e tecnológico	Metodologia do Trabalho Científico	4	45	15
	Pesquisa em Educação Física Escolar I	4	15	45
	Pesquisa em Educação Física Escolar II	4	15	45
Sub Total		12	75h	105h
Total de Carga Horária: 180h				
Técnico-instrumental	Estágio da Educação Infantil	6	30	60
	Estágio do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	8	30	90
	Estágio do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	8	30	90
	Estágio do Ensino Médio	6	30	60
Sub Total		28	120	300
Total de Carga Horária: 420h				
Culturais do movimento humano	Teoria e Prática do Atletismo I	4	15	45
	Teoria e Prática do Atletismo II	4	15	45
	Fundamentos da Ginástica	4	15	45
	Teoria e Prática das Lutas	4	30	30
	Bases Pedagógicas dos Esportes Coletivos (Handebol e Basquetebol)	4	15	45
	Teoria e Práticas das Atividades Aquáticas	4	15	45
	Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal	4	15	45

	Bases Pedagógicas do Voleibol	4	15	45
	Jogos e brincadeiras na educação básica	4	30	30
	Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas	4	30	30
	Teoria e Prática da Musculação	4	30	30
Sub Total		44	225	435
Total de Carga Horária: 660h				
Didático-pedagógico	Libras	4	30	30
	Historia e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena	4	60	0
	Psicologia da Educação	4	60	0
	Educação Ambiental	4	60	0
	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	4	60	0
	Leitura e Produção de Texto	4	45	15
	Historia da Educação Física	4	60	0
	Didática	4	60	0
	Fundamentos Filosóficos da Educação Física	4	60	0
	Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física.	4	60	0
Sub Total		40	555	45
Total de Carga Horária: 600 h				

Aprofundamento curricular: São componentes disciplinares de livre escolha do acadêmico dentre um universo de possibilidades ofertadas pelo Curso de Educação Física da UFT e/ou outros cursos desta ou de outras instituições de ensino superior que tenham afinidade com a área de formação do educador físico e possibilitem aprofundamento de estudos nas diversas modalidades e níveis de ensino. Além disso, este eixo trabalha atividades de ensino, pesquisa e extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural. Compõem esta dimensão as disciplinas: Optativa I, Optativa II, Optativa III e Atividades Complementares.

Quadro 3: Disciplinas Optativas

Aprofundamento curricular	Disciplinas	Créditos	CH/T	CH/P
Optativa I Optativa II Optativa III	Profissão Docente	4	30	30
	Psicologia do Esporte	4	60	0
	Esportes radicais e aventura	4	30	30
	Educação Física e Terceira Idade	4	30	30
	Educação e Mídia	4	40	15
	Esporte, Cultura e Lazer	4	30	30
	Atividades Físico-Esportivas, Nutrição e Metabolismo	4	40	15
	Ginástica de Academia	4	30	30
	Corpo, Estética e Cultura Popular	4	60	0

4.11. Ementário

PRIMEIRO PERÍODO

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
1	Anatomia Geral	04	30	30	Obrigatória

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
2	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	04	60	-	Obrigatória

Ementa:

Estudo sobre o conceito de Cultura, de Afro-Brasileiro e de indígena. Trabalhar os aspectos da cultura negra e indígena no Brasil. Analisar a complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra e indígena no Brasil e na região, a partir das relações sociais de conceitos e suas bases teóricas tais como: racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipos, raça,

etnia, cultura, classe social, diversidade, diferenças, etc.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Lei nº 11.645 História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Currículo Como Trabalhar?** Disponível em: http://www.aldeiguaranisapukai.org.br/lei_11645.pdf

LARAIA, R. B., **Cultura um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2001.

PAIXAO, Marcelo. J. P. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. São Paulo: DP&A, 2006. (Col. Políticas da Cor).

Bibliografia Complementar:

CAVALLEIRO, Eliane org. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. **Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade**. São Paulo: Unesp. 2003

COSTA E SILVA, Alberto. **Um rio chamado Atlântico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003

FONSECA, Maria N. Soares (Org.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José (Orgs.) **Rompendo silêncio – história da África nos currículos da educação básica**. Brasília: DP Comunicações, 2004.

Ementa:

Estudo sobre a Anatomia, visando a associá-los em nível macroscópico com os conhecimentos adquiridos em histologia, relativos aos quatro tecidos fundamentais e alguns órgãos e sistemas, procurando-se relacionar ao máximo com aplicação deste conhecimento em Educação Física.

Bibliografia Básica:

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.

DANGELO, J. G.; FATTINI, Carlos Américo. **Anatomia humana básica**. São Paulo: Atheneu, 2008.

SOBOTTA, J. **Atlas de anatomia humana**. 21.ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2000.

Bibliografia Complementar:

[HARTWIG, W. C. Fundamentos em anatomia. Porto Alegre: Artmed, 2008.](#)

PLATZER, W; LEONHARDT, H.; KHALE, W. **Atlas da anatomia humana: aparelho de movimento.** 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2000.

TORTORA, G, J. **Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia.** 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

[SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U. Prometheus: atlas de anatomia - anatomia geral e aparelho locomotor. v.1. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006.](#)

WIRHED, Rolf. **Capacidade Atlética e Anatomia do Movimento.** São Paulo: Manole, 2002.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
3	Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal	4	15	45	Obrigatória

Ementa:

Compreensão e análise da modalidade esportiva futebol e futsal, dentro do contexto do fenômeno esportivo, no Brasil e no exterior. Aproximações teóricas e práticas relacionadas ao contexto educacional. Sistema tático e defensivo do futebol e futsal.

Bibliografia básica:

REVERDITO, Riller Silva; SCAGLIA, Alcides J. **Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão.** 1.ed. São Paulo: Phorte, 2009.

VOSER, R. da C.; GIUSTI, J. G. O. **Futsal e a Escola: uma perspectiva pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

TORRELES, A.S.; ALCARAZ, C.F. **Escolas de futebol: manual para organização e treinamento.** Porto Alegre, Artmed, 2003.

Bibliografia Complementar:

CONFEDERAÇÃO Brasileira de Futebol. **Regras Oficiais de Futebol.** Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

COSTA, C.F.; SAAD, M. **Futsal: movimentos ofensivos e defensivos.** In: _____: Visaul Books, 2005. 2. ed.

DAMO, A.S. Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

FREIRE, J. B. **Pedagogia do Futebol**. Campinas: Autores Associados, 2003.

LEAL, J.C: **Futebol Arte e Ofício**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
4	Fundamentos Filosóficos da Educação Física	4	60	0	Obrigatória

Ementa:

Busca estudar o sentido e a finalidade da Filosofia aplicada a Educação Física. Identificando de forma crítica sob as várias dimensões da Educação Física a luz do pensamento filosófico. Abordagem histórico-filosófica do corpo; Abordagem da Educação Física e suas correntes filosófico-pedagógicas.

Bibliografia básica:

BARBOSA, C.L.A. **Educação Física e Filosofia**. Petrópolis, RJ: VOZES, 2005.

MUNOZ P., G. **Introdução à Educação Física**: Conceito, Limites e Possibilidades. 2002.

FREIRE, João Batista. **Educação como Prática Corporal**. São Paulo: Spicione, 2003.

Bibliografia Complementar:

MAGEE, B. **Historia da Filosofia**. Sao Paulo: Loyola, 1998.

MUNOZ P., G. **As Tendências Pedagógicas em Educação Física e sua relação com as concepções idealistas e Materialistas da Historia**. Rev. Motrivivência, No. 4, 1993.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 2000.

LARA, Tiago Adão. **Caminhos da razão no ocidente**: a filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias. v. 3. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2009.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
05	Metodologia do trabalho científico	04	45	15	Obrigatória

Ementa:

Analisa as etapas básicas do método científico, abordando a elaboração de projeto de pesquisa; apresenta as técnicas mais utilizadas na pesquisa em Educação e Educação Física; apresentar as normas de elaboração dos trabalhos acadêmicos.

Bibliografia Básica:

MATTOS, M. G. de.; ROSSETO Jr. A. J.; BLECH, S. **Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa em Educação Física**. São Paulo: Ed. Phorte, 2004.

ROSSETO Jr. A. J.; MATTOS, M. G. de.; BLECH, S. **Metodologia da Pesquisa em Educação Física: construindo sua monografia, artigos e projetos**. 3 ed. São Paulo: Ed. Phorte 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar:

COSTA, M. V. (org.). **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

COSTA, M. V. (org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3ª ed. São Paulo, Artmed, 2007.

SEGUNDO PERÍODO

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
6	Higiene e Socorros de Urgência	04	30	30	Anatomia Geral	Obrigatória
Ementa:						
Introdução aos fundamentos de Higiene e da saúde. Prevenção de doenças, cuidados corporais, alimentares e do vestuário. Hábitos nocivos a saúde, saneamento de locais para pratica da Educação Física. Métodos básicos de assistência em situações de emergência. Procedimentos de emergência e preventivos. Identificação e primeiros cuidados com lesões ocorridas em diferentes modalidades esportivas. Métodos e prevenção de lesões vinculadas á prática das atividades físicas.						
Bibliografia Básica:						
DU GAS, B. W. Enfermagem Prática . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.						
HAFEN, B.Q; KARREN, K.J.; FANDSEN, K.J. Guia de primeiros Socorros para estudantes . São Paulo: Manole, 2002.						
LOVISOLO, H. Atividade física, educação e saúde . Rio de Janeiro: Sprint, 2000.						
Bibliografia Complementar:						
ALVAREZ, F. S.; CANETTI, M. D.; RIBEIRO JÚNIOR, Célio. Manual de socorro de emergência . São Paulo: Atheneu, 2005.						
FLEGEL, M.J. Primeiros Socorros no esporte . São Paulo: Manole, 2002.						
GONCALVES, Aguinaldo de. Coletiva e Saúde: urgência em educação física . Campinas-SP: Papyrus, 1997.						
ROUQUAYROL, Maria Zélia. Epidemiologia e Saúde . 4. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.						
TAVARES, V. H. S. V. E. S. M. da C. F. Nadar com segurança: prevenção de afogamentos, técnicas de sobrevivência, adaptação ao meio líquido e resgate e salvamento aquático . Barueri: Manole, 2003..						
Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza	

7	Anatomia dos Movimentos	04	15	45	Obrigatória
Ementa:					
Estudo dos sistemas que constituem a unidade de movimento (sistema esquelético, sistema articular e sistema muscular). Entendimento do funcionamento do sistema nervoso, digestivo, urinário, genital masculino e feminino e tegumentar do corpo humano.					
Bibliografia Básica:					
DANGELO, Jose Geraldo. Anatomia básica dos sistemas orgânicos: com a descrição dos ossos, juntas, músculos, vasos e nervos / São Paulo : Atheneu, 2006					
MACHADO, Ângelo B.M., Neuroanatomia funcional . 2. ed. São Paulo : Atheneu, 2007					
SOBOTTA, J. Atlas de anatomia humana . 21.ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2000.					
Bibliografia Complementar:					
HARTWIG, W. C. Fundamentos em anatomia . Porto Alegre: Artmed. 2008.					
PLATZER, W; LEONHARDT, H.; KHALE, W. Atlas da anatomia humana: aparelho de movimento. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2000.					
TORTORA, G, J. Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 8 ed. Porto Alegre: artméd, 2012.					
SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U. Prometheus: atlas de anatomia - anatomia geral e aparelho locomotor . v.1. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006.					
WIRHED, Rolf. Capacidade Atlética e Anatomia do Movimento . São Paulo: Manole, 2002.					
Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
8	Historia da Educação	04	60	0	Obrigatória

Física					
Ementa:					
<p>Análise histórica da educação física e esporte em diversas épocas e sociedades, o período pré-clássico (Grécia e Roma), a idade média, o renascimento do século XVI aos nossos dias. Análise historiográfica do pensamento na Educação Física no Brasil e estudo das políticas governamentais. Estudo da estruturação das Instituições formadoras dos profissionais em Educação Física, seu processo organizativo, suas entidades, suas formas de luta.</p>					
Bibliografia Básica:					
<p>CASTELLANI FILHO, Lino. A educação física no Brasil: a história que não se conta. 5. ed. Campinas: Papirus, 2003.</p> <p>GHIRALDELLI JUNIOR, P. Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2003.</p> <p>SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>GRIFI, G. Historia da Educação Física e do Esporte. Porto Alegre, D.C. Luzzatto. 1989.</p> <p>GHIRALDELLI JUNIOR, P. Historia da educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001</p> <p>MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Historia da educação brasileira: a organização escolar. 16. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.</p> <p>ROMANELLI, O. De O. História da Educação no Brasil. 25ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.</p>					
Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/ T	CH/P	Natureza

9	Bases Pedagógicas dos Esportes Coletivos (Handebol e Basquetebol)	04	15	45	Obrigatória
---	--	----	----	----	-------------

Ementa:

Proporciona aos alunos conhecimentos amplos e específicos acerca do processo ensino – aprendizagem, teórico e prático do Handebol e Basquetebol, contemplando o ensino das técnicas e táticas básicas. Regras para a prática do Handebol e Basquetebol, com ênfase ao desenvolvimento do trabalho no contexto escolar.

Bibliografia Básica:

ASSIS, S. **Reinventando o esporte: possibilidades de prática pedagógica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

CARVALHO, W. **Basquetebol: sistemas de ataque e defesa.** Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

TENROLLER, C. A. **Handebol teoria e Prática.** Editora Sprint. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2005.

Bibliografia Complementar:

COUTINHO, N. F. **Basquetebol na escola: da iniciação ao treinamento.** Rio de Janeiro: Sprint, 2001

EHERT, A.; SPATE, D. ; ROTH, K. ; SCHUBET, R. **Manual do Handebol.** Phorte Editora. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2002.

KRÖGER, Christian; ROUTH, Klaus. **Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos.** São Paulo/SP: Phorte, 2002.

MELHEM, A. **Brincando e aprendendo Handebol.** Editora Sprint. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2002.

PADRAO, A. L. **Manual de mini-handebol.** São Paulo: Phorte, 2002.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
10	Leitura e Prática de Produção de	04	45	15	Obrigatória

Texto					
Ementa:					
Abordagens teóricas sobre leitura e produção textual. Tipos de textos (resumos, resenhas e fichamentos). Níveis e estratégias de leitura, práticas de leitura e de produção textual.					
Bibliografia Básica:					
COSTA VAL, M ^a da Graça. Redação e textualidade . 2.ed.. S. Paulo: Martins Fontes, 2004.					
GERALDI, João Wanderley (org.) O Texto na sala de aula . São Paulo: Ática, 2002.					
MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.					
Bibliografia Complementar:					
FÁVERO, Leonor Lopes, ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O., AQUINO, Zilda G.O. Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002					
FARACO, C. A.; TEZZA, C. Prática de texto para estudantes universitários . 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.					
KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática . 7. ed. Campinas-SP: Pontes,2000.					
KOCH, Ingedore G. Villaça. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2002.					
PLATÃO & FIORIN . Lições de texto: leitura e redação . 4 ed. São Paulo: Ática. 2002.					

TERCEIRO PERÍODO

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
11	Didática	04	60	0	Obrigatória

Ementa:

A relação sociedade, educação e prática pedagógica; fundamentos da Didática; princípios didáticos para o processo ensino e aprendizagem; a contribuição das teorias do conhecimento; a Didática e as dimensões humanas, técnica, política, ética e estética do ensino; o planejamento e seus elementos constitutivos: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação.

Bibliografia Básica:

CORDEIRO, J. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2010.

VEIGA, I. P. A. (org.) **Didática: o ensino e suas relações**. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2003

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

Bibliografia Complementar:

BORGES, C. M. F. **O professor de Educação Física e a construção do saber**. Campinas: Papirus, 1998.

GALLARDO, J. S. P. et. ali. **Didática da educação física: a criança em movimento, jogo, prazer e transformação**. São Paulo: FTD, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

SANCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia da Práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
12	Teoria e Prática do Atletismo I	04	15	45	Obrigatória

Ementa:

O processo histórico, metodológico e educativo das diversas provas de campo e de pista do Atletismo. Atletismo como conteúdo do ensino de Educação Física na Educação Básica. Processos pedagógicos necessários á execução das atividades físico-educativas dando ênfase aos movimentos básicos através de atos motores.

Bibliografia Básica:

COICEIRO, G. A. **1.000 exercícios para o atletismo**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Atletismo: regras de competição 2004/2005**. CBAt, 2005.

OLIVEIRA, M. C. M. de. **Atletismo Escolar**. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 2006.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, J. L. **Atletismo**: Corridas. São Paulo: Ed EPU, 2003

FERNANDES, J. L. **Atletismo**: Lançamentos e Arremesso. São Paulo: Ed EPU, 2003

FERNANDES, J. L. **Atletismo**: Os Saltos. São Paulo: Ed EPU, 2003

MATTHIESEN, S. Q. **Atletismo se Aprende na Escola**. Jundiaí: Fontoura, 2004.

_____. **Atletismo**: teoria e prática. São Paulo: Guanabara Koogan, 2007.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
13	Crescimento e desenvolvimento motor	04	45	15	Obrigatória

Ementa:

Abordagem teórica e prática sobre o crescimento e desenvolvimento físico e motor no ciclo da vida. Aplicar e analisar instrumentos de avaliação do crescimento e desenvolvimento motor.

Bibliografia Básica:

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor**: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. 7ª ed. São Paulo: Phorte Editora, 2013.

HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. **Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

TANI, G. **Comportamento motor**: aprendizagem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar:

MALINA, R. M.; BOUCHARD, C. **Atividade física do atleta jovem**: do crescimento à maturação. São Paulo: Roca, 2002.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S.W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PALMER M, E. M. **Fundamentos das Técnicas de Avaliação Musculoesquelética**. Rio de

Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

OLIVEIRA, Z. M. R.; SMOLKA, A. L. B. et. al. (orgs.). **A Criança e seu desenvolvimento:** perspectivas para se discutir a educação infantil. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M. H. **Controle Motor:** teoria e aplicações práticas. 3 ed. Barueri: Manole, 2010.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
14	Bases Pedagógicas dos Esportes Coletivos (Voleibol)	04	15	45	Obrigatória

Ementa:

A abordagem da modalidade voleibol considerando os aspectos políticos, culturais e pedagógicos relacionados a esta prática. Sistemas de jogo. Mini voleibol. Prática de Ensino. Pretende-se discutir uma metodologia de ensino que possa tornar esse esporte acessível a todos os sujeitos.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, O. **Moravia de Voleibol 1000 exercícios.** 6 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

CRUZ, E. E. da. **Treinamento de Voleibol:** visando ao jogo. Sao Paulo: Phorte, 2012.

BIZZOCHI, C.E. **O voleibol de alto nível:** da iniciação à competição. São Paulo: Fazendo Arte, 2000.

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, L. A. S. **Voleibol “da” Escola.** Jundiaí: Fontoura, 2006.

CARVALHO, F.; ABURACHID, L. M. C.; GRECO, P. J. Estudo dos efeitos de saque no tênis e diferentes pontuações e pisos no jogo. In: **1º Congresso Internacional dos Jogos Esportivos.** Revista Portuguesa de Ciências do Desporto. Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, v. 7, 2007.

DON SHONDELL; REYNAUD, Cecile. **A bíblia do treinador de Voleibol.** São Paulo: Artmed, 2005.

GRECO, Pablo Juan; BENDA, Rodolgo Novelino (org). **Iniciação esportiva universal:** da aprendizagem motora ao treinamento técnico. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

REGRAS OFICIAIS DE VOLEIBOL – Confederação Brasileira de Voleibol. 2008.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
15	Fisiologia Humana	4	60	0	Anatomia Geral	Obrigatória

Ementa:

Estudo dos princípios básicos que regem o funcionamento dos órgãos do corpo humano. Os sistemas que compõem o organismo humano, sistema neuromuscular, neurovegetativo, cardiovascular, respiratório, renal, digestório e endócrino, bem como as interações funcionais existentes entre eles aplicados a Educação Física.

Bibliografia Básica:

COSTANZO, L. S. **Fisiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

KAPANDJI, I. A. **Fisiologia articular esquemas comentados de mecânica humana**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008

GUYTON, A. C. **Tratado de fisiologia médica**. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Bibliografia Complementar:

AIRES, M. M. **Fisiologia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BERNE, R. M. **Fisiologia**. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2000.

KAPANDJI, I. A. **Fisiologia articular esquemas comentados de mecânica humana**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008

SILBERNAGL, S.; DESPOPOULOS, A. **Fisiologia: texto e atlas**. 5 ed. São Paulo: Artmed, 2000.

TORTORA, G. J. **Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

QUARTO PERÍODO

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
16	Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano	4	45	15	Anatomia Geral e Anatomia do Movimento/ Fisiologia Humana	Obrigatória

Ementa:

Estudo do sistema locomotor nos aspectos anatômico, biomecânico e neurofisiológico, a partir da unidade entre teórica prática. Estudo dos movimentos humanos com ênfase da ludomotricidade, ergomotricidade e exercícios atléticos desportivos.

Bibliografia Básica:

CARNAVAL, P. **Cinesiologia aplicada aos esportes**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

HAMILL, J. **Bases biomecânicas do movimento humano**. Sao Paulo: Manole, 2000.

HALL, S. **Biomecânica básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

Bibliografia Complementar:

ENOKA, R. M. **Bases neuromecânicas de cinesiologia**. São Paulo: Manole, 2000.

CARR, G. **Biomecânica dos esportes**. São Paulo: Manole, 1998.

LIMA, C. S.; PINTO, R. S. **Cinesiologia e Musculação**. São Paulo: Artmed, 2006.

FERNANDES, A. et. al. **Cinesiologia do alongamento**. Sao Paulo: Sprint, 2002.

CHAITOW, L. **Técnicas neuromusculares modernas**. Sao Paulo: Manole, 2001.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
17	Teoria e Prática do Atletismo II	4	15	45	Teoria e Prática do Atletismo I	Obrigatória

Ementa:

Estudo dos processos de iniciação e técnica das corridas, saltos e lançamentos com ênfase na análise e desenvolvimento da progressão pedagógica. Arbitragem, regras, organização de competições a nível estudantil. Compreensão e estudo das diversas provas do atletismo.

Bibliografia Básica:

COICEIRO, G. A. **1.000 exercícios para o atletismo**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

CONFEDERACAO BRASILEIRA DE ATLETISMO. **Atletismo**: regras de competição 2004/2005. CBAat, 2005.

OLIVEIRA, M. Cecília M. de. **Atletismo Escolar**. Rio de Janeiro Ed. Sprint, 2006.

Bibliografia Complementar:

FERNANDES, J. L. **Atletismo: Corridas**. São Paulo Ed EPU, 2003

FERNANDES, J. L. **Atletismo: Lançamentos e Arremesso**. São Paulo Ed EPU, 2003

FERNANDES, J. L. **Atletismo: Os Saltos**. São Paulo Ed EPU, 2003.

MATTHIESEN, S. Q. **Atletismo se Aprende na Escola**. 2ª ed. Jundiaí: Fontoura, 2009.

_____. **Atletismo**: teoria e prática. São Paulo: Guanabara Koogan, 2007.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
18	Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação Física	4	60	0	Obrigatória

Ementa:

Estudos das concepções sociológicas das práticas corporais. Análise da sociedade como geradora

de percepções e concepções de corpo: papéis sociais, representações, atitudes e interesses. Introdução ao pensamento antropológico e suas principais correntes teóricas. Análise da cultura como geradora de percepções e concepções de corpo e práticas corporais. Diversidade, identidade e etnicidade.

Bibliografia Básica:

CHAUI, M. **Cultura e democracia**. 12ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

MELO, L. G. **Antropologia cultural**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MICHALISZYN, M. S. Fundamentos Socioantropológicos da Educação. 2 ed. Curitiba: Editora Ibpex, 2009.

Bibliografia Complementar:

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora CosacNaify, 2003.

RIBEIRO, G. L. **A antropologia brasileira entre políticas neoliberais e a globalização**. Brasília: Universidade de Brasília. Departamento de Ciências Sociais, 2004.

ROCHA, Gilmar; TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. **Antropologia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2009.

TOMAZI, N. D. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2000.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
19	Psicologia da Educação	4	60	0	Obrigatória

Ementa:

Os fundamentos teóricos e práticos da psicologia da educação. A psicologia e o processo ensino e aprendizagem no contexto da educação brasileira. Relacionamento entre as teorias da Aprendizagem e Desenvolvimento e sua prática educativa institucional. Relacionamento interpessoal na escola e na comunidade.

Bibliografia Básica:

BARROS, C. S. G. **Pontos de psicologia escolar**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GOULART, Í. B. **Psicologia da educação**: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2005 (reimpressão).

Bibliografia Complementar:

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias**. Uma introdução ao estudo de psicologia. 14^a.ed. SP: Saraiva, 2008.

COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MALUF, M. R. (org.). **Psicologia educacional**: questões contemporâneas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SKINNER, B.F. **Ciência e Comportamento Humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
20	Jogos e brincadeiras na educação básica	3	30	30	Obrigatória

Ementa:

Estrutura, natureza e significados do jogo: distinção e relações entre jogo e esporte. O jogo no processo de formação do indivíduo. O jogo e as brincadeiras como procedimento de ensino e de aprendizagem. Aspectos metodológicos do jogo e das brincadeiras na Educação. Ensino e prática dos jogos e brincadeiras, considerando os princípios sócio-educativos para diferentes populações (pessoas com necessidades especiais).

Bibliografia Básica:

ANTUNES, C. **O jogo e a educação infantil**: Falar e dizer/olhar e ver/escutar e ouvir. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

DE MARCO, Ademir (org). **Educação Física**: cultura e sociedade. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

VERDERI, E. **Encantando a Educação Física**. 2ª ed. Sao Paulo: Sprint, 2002.

Bibliografia Complementar:

BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DANTAS, H., Brincar e trabalhar. In: KISHIMOTO, T. M. (org). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Thomson, 2002.

FREIRE, J. B. **Jogo**: entre o riso e o choro. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.

FRIEDMANN, Adriana, **Brincar: crescer e aprender, O resgate do jogo infantil**, Ed. Moderna, São Paulo, 2002.

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
21	Libras	4	30	30	Obrigatória

Ementa:

Introdução: aspectos clínicos, educacionais e socio-antropológicos da surdez. Educação de Surdos e às principais abordagens educacionais. Visões sobre os surdos e a surdez. Bilingüismo dos Surdos - aquisição da linguagem e desenvolvimento da pessoa surda; A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Inclusão educacional de alunos surdos. Noções básicas sobre Libras.

Bibliografia Básica:

ARANTES, V. A. (org.); SOUZA, R. M.; SILVESTRE, N. **Educação de surdos**. São Paulo: Summus, 2007. Coleção pontos e contrapontos.

FERNANDES, E. (org.). **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKILIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

Bibliografia Complementar:

GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas, Autores Associados, 1996.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais**. BRASÍLIA, SEESP/MEC, 2004.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SALLES, H. M. M. L.; FAULSTICH, E.; CARVALHO, O. L.; RAMOS, A. A. L. **Ensino de língua portuguesa para surdos- caminhos para a prática pedagógica**. Volume 1 e 2. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

QUINTO PERÍODO

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
22	Educação Ambiental	4	60	0	Obrigatória

Ementa:

As diferentes concepções de Educação Ambiental e sua contextualização histórica; A relação do desenvolvimento sustentável com o desenvolvimento social, econômico, político e cultural. Investigação dos processos ecológicos na biodiversidade da Amazônia.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

REIGOTA, M. A. dos S. **Meio ambiente e representação social**. 6 edição. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTUSCHKA, N. N.; KRASILCHIK, M.; RIBEIRO, H. **Pesquisa Ambiental: construção de um processo participativo de educação e mudança**. São Paulo: Edusp, 2006.

Bibliografia Complementar:

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus, 1995.

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. Revista brasileira de educação ambiental, Brasília, v. 0, n. 0, p. 13-20, 2004.

____. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

REIGOTA, M. A. dos S. **O que é educação ambiental**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. v. 1.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
23	Ética e Educação Física	4	60	0	Obrigatória

Ementa:

As diferenças entre o conceito de ética e moral; As diferentes concepções de ética e moral desenvolvida ao longo da história da humanidade (Idade Antiga, Medieval e Moderna); A relação dos conceitos de ética e moral com a liberdade, responsabilidade, virtude e vício; Reflexão sobre a prática docente a partir do Código de Ética do Profissional de Educação Física.

Bibliografia Básica:

JAEGER. W. **Paidéia: A formação do homem grego**. Tradução de Artur Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martins Claret, 2005.

VARGAS, Â. **Ética, ensaios sobre Educação Física saúde social e esporte**. São Paulo: Leceu, 2007.

Bibliografia Complementar:

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1996.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2005.

TOJAL, J. B. A. G.; BARBOSA, A. P. (orgs.). **A Ética e a bioética na preparação e na intervenção do Profissional de Educação Física**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2006.

TOJAL, J. B. A. G. **Ética Profissional na Educação Física**. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josue Candido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
24	Política, Legislação e Organização da Educação Básica	4	60	0	Obrigatória

Ementa:

Contextualização histórica da sociedade brasileira pós-ditadura militar (1964-1985); As reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990; A LDB 9.394/96; Análise das propostas de Plano Nacional de Educação.

Bibliografia Básica:

HADDAD, S. (org.) **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, R. P. da.; ADRIÃO, T. (orgs.). **Organização do ensino no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, D. A.; FERREIRA, E. B. (org.). **Crise da Escola e Políticas Educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Bibliografia Complementar:

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1994

GIUBILEI, S. (org.). **Descentralização, Municipalização e Políticas Educativas**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. **Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

VALENTE, I. **Plano Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
25	Medidas e Avaliação na Educação Física	4	45	15	Bases cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano	Obrigatória

Ementa:

Estudos sobre avaliação da aptidão física em diversas modalidades; Biometria e antropometria em Educação Física; Desenvolvimento da capacidade crítica sobre os estudos de medida e avaliação em Educação Física.

Bibliografia Básica:

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. **Manual Prático para Avaliação em Educação Física**. São Paulo: Manole. 2004.

PITANGA, F. J. G. **Testes, medidas e avaliação: em Educação Física e esportes**. 5ª. Ed. São

Paulo: Phorte, 2008.

TRITSCHLER K. **Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes**. 5. ed. São Paulo: Manole. 2003.

Bibliografia Complementar:

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. **Controle do Peso Corporal: Composição Corporal, Atividade Física e Nutrição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape. 2003.

HEYWARD, V. H.; STOLARCZYK, L. M. **Avaliação da composição corporal Aplicada**. São Paulo: Editora Manole, 2000.

MAGEE D. J. **Avaliação musculoesquelética**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2004.

MATSUDO, S. M. M. **Avaliação do idoso: física e funcional**. Londrina: Editora Modigraf, 2000.

QUEIROGA, M. R. **Testes e medidas para avaliação da aptidão física: relacionada a saúde em adultos**. São Paulo: Guanabara, 2005.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
26	Estágio da Educação Infantil	6	30	60	Didática	Obrigatória

Ementa:

O Estágio como práxis docente em instituições escolares de Educação Infantil (creche e pré-escola). Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de educação infantil, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos (planejamento, organização/aplicação do conhecimento e avaliação).

Bibliografia Básica:

BARREIRO, I. M. de F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Averacamp, 2006.

PICONEZ, S. C. B. (orgs.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 14 ed. Campinas:

Papirus, 2007.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. **Educação infantil**: creches - atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1999.

FREIRE, J.B.; SCAGLIA, A.J. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Editora Scipione, 2003.

MOREIRA, W. W. **Corpo em Movimento na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2012.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. RJ: Petrópolis, Vozes, 2007.

WEINECK, J. **Atividade física e esporte**: para que? São Paulo: Manole, 2005.

SEXTO PERÍODO

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
27	Fisiologia do exercício	4	60	0	Fisiologia humana	Obrigatória

Ementa:

Estudos dos conceitos de atividade física e exercício físico; Princípios fisiológicos do treinamento físico; Relação do gasto energético durante a atividade física e consumo de oxigênio; Concepções de funcionamento do organismo: mecanismo cartesiano e sistemas não-lineares.

Bibliografia Básica:

MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. **Fisiologia do exercício**: energia, nutrição e desempenho humano. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do Exercício**: teoria e aplicação ao condicionamento

físico e ao desempenho. 6 ed. São Paulo, SP. Editora Manole, 2005.

WILMORE, J. H.; COSTIL, D. L. **Fisiologia do esporte e do exercício**. São Paulo: Manole, 2010.

Bibliografia Complementar:

FOX, E. L.; BOWERS, R.W.; FOSS, M. L. **Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

HOLLMANN, W. HETTINGER, T. **Medicina do esporte: fundamentos anatômico-fisiológicos para a prática esportiva**. 4 ed. Barueri: Manole, 2005.

McARDLE, W.; KATCH, F.; KATCH, V. **Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ROBERGS, R. A.; ROBERTS, S. O. **Princípios Fundamentais de Fisiologia do Exercício para aptidão, Desempenho e Saúde**. São Paulo: Phorte, 2002.

WEINECK, J. **Biologia do esporte**. São Paulo: Manole, 2000.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
28	Educação Física Escolar para Grupos Especiais	4	30	30	Obrigatória

Ementa:

Estudos sobre as diferenças fisiológicas existentes entre os grupos especiais e suas principais características; Diferentes abordagens de treinamento e atividades físicas com os grupos especiais; Reflexão crítica sobre as práticas corporais e a educação física escolar no contexto das políticas inclusivas.

Bibliografia Básica:

FERREIRA, M. E., GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

SILVA, S. VIZIM, M. (orgs.) **Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

SIMÃO, R. **Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Phorte, 2007.

Bibliografia Complementar:

CARMO, A. A. do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria, “recupera e discrimina”**. Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

GLATT, R. **A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1995.

OLIVEIRA, I.A. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da diferença e da exclusão social**. 2 ed. Petrópolis: Vozes: 2005.

PEDRINELLI, V. J. et. al. **Educação Física e desportos para pessoas portadoras de deficiência**. BRASÍLIA: MEC-SEDES. SESI-DN, 1994.

RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1993.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
29	Estágio do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	8	30	90	Estágio da Educação Infantil	Obrigatória

Ementa:

O Estágio como práxis docente em instituições escolares do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino fundamental, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos (planejamento, organização/aplicação do conhecimento e avaliação).

Bibliografia Básica:

BARREIRO, I. M. de F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Averacamp, 2006.

PICONEZ, S. C. B. (orgs.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 14 ed. Campinas: Papirus, 2007.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física na escola: questões e reflexões**. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 2003.

GALLARDO, Jorge Sergio Pérez. **Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio**. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003.

MIRANDA, S. **Do fascínio do jogo à alegria do aprender nas séries iniciais**, Campinas-SP, Papirus Editora, 2001.

VALENTINI, N.; TOIGO, A.M. **Ensinando Educação Física nas séries iniciais**. Canoas: Salles Editora, 2005.

WEINECK, J. **Atividade física e esporte: para que?** São Paulo: Manole, 2005.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
30	Teoria e Prática da Musculação	4	30	30	Obrigatória

Ementa:

Estudo das atividades de musculação no decorrer dos tempos. Utilização deste método como terapia, prevenção, treinamento desportivo e estética, nas escolas, clubes, academias e outros, voltada para a criança, adolescente, adulto e idosos em diferentes situações.

Bibliografia Básica:

BALSAMO, S.; SIMÃO, R. **Treinamento de força: para osteoporose, fibromialgia, diabetes tipo 2, artrite reumatóide e envelhecimento**. São Paulo: Phorte, 2005.

BITTENCOURT, N. **Musculação: uma abordagem metodológica**. Rio de Janeiro: Sprint, 1984

GOBBI, S.; VILLAR, R.; ZAGO, A. S. **Bases Teórico -Práticas do Condicionamento Físico**. Rio Claro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar:

BOMPA, T. O. **Periodização:** Teoria e Metodologia do Treinamento. 4 ed. São Paulo: Phorte Editora, 2002.

CAMPOS, M. A. **Musculação:** diabéticos, osteoporóticos, idosos, crianças, obesos. 2 ed. Rio de Janeiro: s.n., 2001.

FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. **Fundamentos do treinamento de força.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

HERNANDES JUNIOR, B. D. O. **Treinamento Desportivo.** Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

SIMÃO, R. **Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais.** 2 ed. Rio de Janeiro: Phorte, 2007.

SÉTIMO PERÍODO

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
31	Teoria e Prática das Lutas	4	30	30	Obrigatória

Ementa:

Abordagens sobre a luta como manifestações históricas e como conhecimento particular da cultura do movimento corporal. Estudos sobre os diferentes tipos de lutas, com ênfase a prática social da Capoeira. História e aspectos sociológicos das lutas: sua origem no mundo moderno e suas transformações contemporâneas. As relações entre as lutas, imagem e mídia.

Bibliografia Básica:

BREDA, M.; ALCIDES, J. S., PAES, R. R. GALATTI, L. R. **Pedagogia do esporte aplicada as lutas.** São Paulo: Phorte Editora, 2010.

DEL'VECCHIO, F. B.; FRANCHINI, E. Lutas, artes marciais e esportes de combate: possibilidades, experiências e abordagens no currículo de educação física. In: SOUZA NETO, S. de; HUNGER, Dagmar (org.). **Formação profissional em Educação Física:** estudos e pesquisas. Rio Claro: Biblioetica, 2006

STEVENS, J. **Segredos do Judô:** ensinamentos dos mestres das artes marciais. São Paulo: CULTRIX, 2005.

Bibliografia Complementar:

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (orgs.). **Educação física na Escola: Implicações para a prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

HYAMS, J. **O zen nas artes marciais.** São Paulo: Pensamento, 1996.

NETO, Samuel de; HUNGER, Dagmar (Org.). **Formação profissional em Educação Física: estudos e pesquisas.** Rio Claro: Biblioética, 2006, v. 1.

OLIVIER, J.C. **Das brigas aos jogos com regras: enfrentando a indisciplina na escola.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

TEGNER, B. **Guia Completo de Karatê.** São Paulo: Ed. Record, 2002.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
32	Estágio do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	8	30	90	Estágio do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Obrigatória

Ementa:

O Estágio como práxis docente em instituições escolares do ensino fundamental (6º ao 9º ano). Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino fundamental, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos (planejamento, organização/aplicação do conhecimento e avaliação).

Bibliografia Básica:

BARREIRO, Ir. M. de F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** São Paulo: Averacamp, 2006.

PICONEZ, S. C. B. (org.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado.** 14 ed. Campinas: Papirus, 2007.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

DARIDO, S. C. (Org.); RANGEL, I. C. A. (Org.). **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLARDO, Jorge sergio Pérez. **Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio**. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003.

MATTOS, Mauro G. e NEIRA, Marcos G. **Educação Física na Adolescência: construindo conhecimento na escola**. São Paulo: Phorte Editora, 2000.

SANCHEZ VÁSQUEZ, A. **Filosofia da práxis**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

WEINECK, J. **Atividade física e esporte: para que?** São Paulo: Manole, 2005.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
33	Pesquisa em Educação Física Escolar I	4	15	45	Metodologia do Trabalho Científico	Obrigatória

Ementa:

Corresponde a primeira fase do desenvolvimento, por parte do aluno, de trabalho final do Curso de Licenciatura em Educação Física. Através dela, o aluno, orientado por um docente, deverá definir um tema de determinada área específica da Educação Física, e iniciará a elaboração de um trabalho de TCC sobre esse tema, que deverá ser desenvolvido e completado no decorrer das atividades previstas na disciplina Pesquisa em Educação Física Escolar II.

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002

_____. **NBR 6024**: Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6027**: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação.

Rio de Janeiro, 2005.

[MATTOS, M. G.](#); [BLECHER, S.](#); [ROSSETTO JUNIOR, A. J.](#) **Metodologia da pesquisa em Educação Física.** São Paulo, [Phorte Editora](#), 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias:** acadêmica, da ciência e da pesquisa. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
34	Teoria e Prática das Atividades Aquáticas	4	15	45	Obrigatória

Ementa:

A natação e seus aspectos pedagógicos e metodológicos. Elaboração de programas de atividades aquáticas e no ambiente escolar. Gerenciamento das atividades aquáticas, manutenção de conjuntos aquáticos e segurança em piscina. O aperfeiçoamento nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, abrangendo o ensino e aprendizagem do aperfeiçoamento ao treinamento. Fundamentação teórica e prática dos quatro nados, combinados, revezamentos (viradas e saídas) e regras.

Bibliografia Básica:

COLWIN, C. M. **Nadando para o século XXI.** São Paulo: Manole, 2000.

MAKARENKO, L. **Natação:** Seleção de talentos e iniciação desportiva. Trad. Edson de Godoy Palomares. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MASSAUD M. G.; CORRÊA C. R. F.. **Natação 04 nados.** Rio de Janeiro : Sprint, 2001.

Bibliografia Complementar:

CORREA, C.R.F.; MASSAUD, M. G. **Natação na Idade Escolar.** Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

NASSAR S. et al. **Hidroginástica:** propostas de exercícios para idosos. São Paulo: Phorte, 2008.

MAGLISCHO, E. W. **Nadando ainda mais rápido.** São Paulo: Manole, 2010.

PEREIRA, Maurício Duran. **Aprendendo a nadar em ludicidade.** São Paulo: Phorte, 2005.

PLATONOV, V. N.; FESSENKO, S. L. **Sistema de Treinamento dos melhores nadadores do mundo**. Volume 1 e 2; Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

OITAVO PERÍODO

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
35	Pesquisa em Educação Física Escolar II	4	15	45	Pesquisa em Educação Física Escolar I	Obrigatória

Ementa:

Complementação do trabalho de conclusão de curso sobre determinado tema definido em PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR I, com a utilização dos conhecimentos adquiridos em todo o decorrer do Curso, e sob a orientação de um de seus docentes. Produção da versão final do trabalho de conclusão de curso - (TCC).

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002

_____. **NBR 6024**: Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6027**: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

[MATTOS, M. G.](#); [BLECHER, S.](#); [ROSSETTO JUNIOR, A. J.](#) **Metodologia da pesquisa em Educação Física**. São Paulo, [Phorte Editora](#), 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias:** acadêmica, da ciência e da pesquisa. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

<u>Nº ordem</u>	<u>Disciplina</u>	<u>Créditos</u>	<u>CH/T</u>	<u>CH/P</u>	<u>P/R</u>	<u>Natureza</u>
<u>36</u>	<u>Estágio do Ensino Médio</u>	<u>4</u>	<u>30</u>	<u>60</u>	Estágio do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)	<u>Obrigatória</u>

Ementa:

Estagio como práxis na educação física desenvolvida no ensino médio. Observação, organização e desenvolvimento de atividades com alunos em escolas de ensino médio, sob acompanhamento e supervisão de professores da escola e da Instituição, de acordo com as normas e regulamentos específicos.

Bibliografia básica:

KUENZER, A. Z. Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.

Sao Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTA, S.G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e pratica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Media e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

Bibliografia Complementar:

DARIDO, S. C. (Org.); RANGEL, I. C. A. (Org.). **Educação Física na escola:** implicações para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLARDO, Jorge sergio Pérez. **Educação Física escolar:** do berçário ao ensino médio. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003.

MATTOS, Mauro G. e NEIRA, Marcos G. **Educação Física na Adolescência: construindo conhecimento na escola.** São Paulo: Phorte Editora, 2000.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 23ª edição. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

<u>Nº ordem</u>	<u>Disciplina</u>	<u>Créditos</u>	<u>CH/T</u>	<u>CH/P</u>	<u>Natureza</u>
<u>37</u>	<u>Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas</u>	<u>4</u>	<u>30</u>	<u>30</u>	<u>Obrigatória</u>

Ementa:

A linguagem simbólica do movimento Metodologia da dança no currículo de educação física. Abordagem histórica, conceitual e prática do elemento rítmico e sua interação com o movimento. Aspectos constituintes do ritmo da expressão corporal. Caracterização do repertório rítmico e expressivo no movimento. Vivências pessoais da cultura rítmica através do movimento. Jogos rítmicos e teatrais na escola. A consciência corporal na exploração de movimentação do corpo a partir da orientação no espaço. Noções de postura, disciplina e formas de movimento puro e simples. Criação e estética do movimento na dança.

Bibliografia básica:

CARREIRA, Â; HAAS, A. **Ritmo e Dança**. 2ª Edição, Editora da Ulbra, 2006.

MARQUES, I. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2005.

MONTEIRO, G.A.; ARTAXO, I. **Ritmo e Movimento**. São Paulo: Phorte, 2007.

Bibliografia Complementar:

GAIO, Roberta; *et al.* **Ginástica e Dança no Ritmo da Escola**. Jundiaí -SP: Fontoura, 2010.

FIAMONCINI, L; SARAIVA, M. C. Dança na Escola: a criação e a co-educação em pauta. IN:

KUNZ, Elenor. **Didática da Educação Física 1**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

LEAL, P. **Respiração e Expressividade: práticas corporais fundamentadas em Graham e Laban**. SP: Annablume Editora. 2006.

MILLER, J. **A Escuta do Corpo: sistematização da técnica Klauss Vianna**. SP: Summus Editorial, 2007.

OSSONA, P. **A educação pela Dança**. 2ª Edição, São Paulo, 1988.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	P/R	Natureza
38	Fundamentos da Ginástica	4	15	45	Crescimento e desenvolvimento motor	Obrigatória

Ementa:

História e evolução da ginástica no Brasil e no mundo. Fundamentos básicos da ginástica e estruturação dos exercícios enfocando a prática da ginástica na escola. Abordagem e discussão das capacidades motoras e qualidades físicas dos movimentos da ginástica. Aspectos teórico-metodológicos do ensino-aprendizagem da ginástica. Ginástica como conteúdo das aulas de Educação Física escolar.

Bibliografia básica:

BROCHADO, Fernando Augusto; BROCHADO, Monica Maria Viviani. **Fundamentos de ginástica artística e de trampolins**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

CONCEIÇÃO, Ricardo Batista. **Ginástica Escolar**. 4 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V. **Compreendendo a ginástica artística**. São Paulo: Phorte, 2005

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, M. A. **Exercícios abdominais**. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

FREIRE, J B, SEAGLIA, A J. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

GOBBI, S.; VILLAR, R. ZAGO, A. S. **Bases teórico-prática do condicionamento físico**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

SOARES, C. L. **Corpo e História**. Campinas: Autores Associados, 2001.

SOARES, C. L. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. 3 edição. Campinas: Autores Associados, 2004.

4 12. Ementário das disciplinas Optativas

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
01	Profissão Docente	4	60	0	Optativa

Ementa:

A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e questões de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como *locus* do trabalho docente. Profissão docente e legislação.

Bibliografia Básica:

CHARLOT, B. Formação dos professores e relação com o saber. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

LESSARD, C. e TARDIF, M. O trabalho docente. São Paulo: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar:

BORGES, Cecilia; DESBIENS, Jean-Francois (orgs). **Saber, formar e intervir para uma educação física em mudança**. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

COSTA, M. V. **Trabalho docente e profissionalismo**. Porto alegre: Sulina, 1996.

ESTRELA, M. T. (Org.) **Viver e construir a profissão docente**. Porto, Portugal: Porto, 1997.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti; REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues (orgs). **Aprendizagem profissional da docência: saberes, contextos e práticas**. São Carlos-SP: EdUfscar, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude (orgs). **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. São Paulo: Vozes, 2008.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
02	Psicologia do Esporte	4	60	0	Optativa

Ementa:

Conceito básico da regulação psíquica do comportamento humano. Análise dos processos cognitivos, motivacionais, emocionais e sociais na área da educação física: saúde e esporte. Teorias psicológicas que fundamentam a interação com o ambiente da educação física escolar, esportes, saúde e recreação.

Bibliografia Básica:

MACHADO, A. A. **Psicologia do esporte: da educação física escolar ao esporte de alto nível.**

Rio de Janeiro: Guanabara, 2006.

RUBIO, K. (org.) **Psicologia do esporte: teoria e prática.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SAMULSKI, D. M. **Psicologia do esporte: conceitos e perspectivas.** São Paulo: Manole, 2008.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, M. R. F., MACHADO, A. A. (Orgs.). **Coleção Psicologia do Esporte e do Exercício.** São Paulo: Atheneu, 2007.

GOULD, D., WEINBERG, R. S. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício.** São Paulo: Artmed, 2008.

MARQUES, M. G. **Psicologia do esporte: aspectos em que os atletas acreditam.** Rio Grande do Sul: ULBRA, 2003.

OSORIO, L. C. **Psicologia Grupal.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

RUBIO, K. (org.) **Psicologia do esporte aplicada.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
03	Esportes radicais e aventura	4	30	30	Optativa

Ementa:

Esporte de Aventura, conceito, histórico, características, modalidades e desenvolvimento. Diferenciação de atividades radicais das de aventura. Vivências de atividades físicas de aventura

na natureza. Cuidado com equipamentos, segurança e prática das modalidades.

Bibliografia Básica:

COSTA, V. M.; FERREIRA, N. T. **Esportes de aventura e risco na montanha: um mergulho no imaginário.** São Paulo: Manole, 2000.

MARINHO, Alcyane. Lazer, natureza, viagens e aventuras: novos referentes. In: _____; BRUHNS, Heloisa Turini (Org.). **Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza.** Barueri: Manole, 2006.

BRUHNS, HT. **A busca pela natureza - Turismo e aventura.** São Paulo: Manole, 2009.

Bibliografia Complementar:

ALFIERI, R. G.; DUARTE. G. **Exercícios e o coração.** Editora Cultura Medica: Rio de Janeiro, 1993.

BRUHNS, H. T. **Lazer e meio ambiente: corpos buscando o verde e a aventura.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte. v. 18, n2, 1997.

COSTA, L. P. **Meio ambiente e desporto: uma perspectiva internacional.** Introdução. Porto: Universidade do Porto. 1997.

PELEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo.** Campinas, SP: Papyrus, 1993. 10.1

SWARBROOKE, John. **Turismo de aventura:** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. 362 p.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
04	Educação Física na Terceira Idade	4	30	30	Optativa

Ementa:

Atividade física na terceira idade, melhoria da qualidade de vida e retardamento do envelhecimento. Prevenção ao envelhecimento, atrofia muscular, mobilidade muscular, descalcificação óssea e contração cardíaca. Manutenção do bem-estar físico e mental.

Bibliografia Básica:

NIEMAN, David. **Exercício e saúde**. Como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento. 1. ed. São Paulo: Manole, 1999.

MAZO, G. Z.; LOPES, M. A.; BENEDETTI, T. B. **Atividade Física e o Idoso Concepção Gerontológica**. 2ª ed. Porto Alegre, Editora: Sulina, 2004.

WEINECK. J. **Biologia do Esporte**. Editora Manole Ltda. São Paulo, 2000.

Bibliografia Complementar:

MATSUDO, V. Recreação, Lazer e Atividade Física para Terceira Idade. In: “EMAF - **Encontro Mineiro de Atividade Física**”. Curso. Poços de Caldas, mai, 1993.

MAZZO, G.Z. **Atividade Física**: atitude dos idosos frente ao envelhecimento. Kinesis, n.7,p.77-99,jun.,1991.

BARBANTI, V.J. Atividade Física e Envelhecimento. In: __. **Aptidão Física**: um convite à saúde. São Paulo: Manole, 1990, cap.7, p.108-116

LORDA, Raúl C. **Recreação na terceira idade**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

LOPES, M. A.; SIEDLER, M. J. Atividade Física: agente de transformação dos idosos. **Texto & Contexto – A Enfermagem e o Envelhecer Humano**. Florianópolis: Papa-Livro v.6, n. 2, p. 330-337, 1997.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
05	Educação e Mídia	4	40	15	Optativa

Ementa:

Conceito sobre o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação na educação. A sociedade da informação e do conhecimento. Utilização das tecnologias da informação e da comunicação no processo ensino e aprendizagem e suas implicações pedagógicas, política e sociais Os ambientes virtuais de aprendizagem e a mediação pedagógica. As redes sociais e a aprendizagem colaborativa.

Bibliografia Básica:

COSCARELLI, Carla Viana (Orgs). **Letramento Digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2005.

CASTELLIS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007, v. 01

FREITAS, Maria Teresa Assunção. **Leitura e Escrita de adolescentes na internet e na escola**. BH: Autêntica, 2005.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A; SILVA, Hélio (Orgs.). **Desafios à comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÉVY, P. 2001. **A conexão planetária**: o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.

MELGAÇO, Rommel B. **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MIRANDA, A. 2000. **Sociedade da informação**: globalização, identidade cultural e conteúdos. Ciência da Informação, 2000, vol. 29, no. 2.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
06	Esporte Cultura e Lazer	4	30	30	Optativa

Ementa:

A discussão histórica, sociológica, cultural e política sobre a relação esporte e educação. Abordagens pedagógicas da relação esporte, educação e lazer. Problematizar a relação das atividades recreativas com atividades esportivas – trabalho em equipe, cooperação, competição, individualismo. A relação entre lazer, esporte, cultura e educação.

Bibliografia Básica:

MARCELLINO, N.C. (Org.) **Lazer: formação e informação profissional**. 3ªed. Campinas. Papirus, 2001.

PRONI, M., LUCENA, R. (orgs.). **Esporte**: história e sociedade. Campinas: Autores Associados,

2002.

PAES, R.R., BALBINO, H. F. (org.). **Pedagogia do esporte**: contexto e perspectiva. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

Bibliografia Complementar:

BACAL, S. S. **Lazer**: Teoria e Pesquisa. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

REVERDITO, R. S., SCAGLIA, A. J. **Pedagogia do esporte**: jogos coletivos de invasão. São Paulo: Phorte, 2009.

ROSSETTO Jr., A. J. et. al. **Práticas pedagógicas reflexivas em esporte educacional**: unidade didática como instrumento de ensino e aprendizagem. 2 ed. São Paulo: Phorte, 2012.

STIGGER, M. P. **Esporte, lazer e estilos de vida**. Campinas: Autores Associados, 2002.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
07	Atividades Físico-Esportivas, Nutrição e Metabolismo	4	40	15	Optativa

Ementa:

Aspectos do rendimento físico-esportivo e a ajuda ergogênica da nutrição. Classificação das atividades físico-esportivas quanto às características técnicas e as implicações metabólicas (substrato energético). Natureza e fontes dos nutrientes. Aplicabilidade da pirâmide dos alimentos. Programas de controle alimentar.

Bibliografia Básica:

LANCHA, L. & HEBERT, A. **Nutrição e metabolismo aplicado à atividade**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.

HIRSCHBUCH, M. D. & CARVALHO, J. **Nutrição esportiva**. São Paulo: Manole, 2002.

MANGMAN, R. & BURKE, L. **Nutrição esportiva**. Atheneu, 2004.

Bibliografia Complementar:

MCARDLE, W & Katz, F.J. **Fisiologia do exercício, energia, nutrição e desempenho humano**. São Paulo: Guanabara Koogan, 1992.

RODRIGUES, Y. T. **Adolescente, esporte e nutrição**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1984.

SETTINERI, L. I. C. **Nutrição e atividade física**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1987.

TRAPEGUI, J. **Nutrição, metabolismo e suplementação da atividade**. Atheneu, 2004.

WOLINSKY, I.; HICKSON JR, J. F. **Nutrição no Exercício e no Esporte**. 2ed. Roca, 2002.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
8	Ginástica de Academia	4	30	30	Optativa

Ementa:

Diferentes abordagens da ginástica oferecida em academias, seus conceitos e implicações em diversos aspectos; vivências através de laboratórios coreográficos e elaboração de programas adequados às respectivas modalidades de ginástica de academia, acompanhamento das novidades no mundo do fitness.

Bibliografia Básica:

GUISELINI, M. **Total fitness**: força, resistência, flexibilidade. São Paulo, Phorte Editora, 2001.

AMANTÉA, M. **Step Force**: a verdadeira aula de Step. Jundiaí, São Paulo: Fontoura, 2003 .

FERNANDES, Andre. **Prática da ginástica localizada**. São Paulo, Sprint, 2001.

Bibliografia Complementar:

COSTA, M.G. **Ginástica localizada para Grupos Heterogêneos**. Rio de Janeiro, Editora Srpint,

1998.

ELBAS, M. & SIMÃO, R. **Em busca do Corpo**. Rio de Janeiro, Editora Shape, 1997.

JUCÁ, M. **Step**: teoria e prática. Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, M.M.F. **Academia! Estrutura Técnica e Administrativa**. Rio de Janeiro, Editora Sprint, 1996

SABA, F. **Aderência, a Prática do Exercício Físico e m Academias**. São Paulo, Editora Manole, 2001.

Nº ordem	Disciplina	Créditos	CH/T	CH/P	Natureza
9	Corpo, Estética e Cultura Popular	4	60	0	Optativa

Ementa:

Estudo da construção do sentido do corpo, ético-estético e a cultura popular a partir do processo normativo que leva à estruturação do campo da saúde. Cultura brasileira e identidade popular. O esporte indígena. Cultura política, cotidiano e ação política.

Bibliografia Básica:

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006.

MEDEIROS, RMN. **Uma educação tecida no corpo**. São Paulo: Annablume, 2010.

NÓBREGA, TP. **Uma fenomenologia do corpo**. São Paulo: Editora da Física, 2010.

Bibliografia Complementar:

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

MATURANA H, Varela FJ. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. 8.ed. São Paulo: Palas Athena, 2010.

MERLEAU, Ponty M. **O olho e o espírito**. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2004.

NEIRA, Marcos G. **Pedagogia da Cultura Corporal**. 2. ed. Sao Paulo: Phorte, 2008.

NÓBREGA, TP, Medeiros RMN. **A palavra é gesto**: reflexões sobre corpo e estética. Motriz. 2009.

4. 13. Metodologia

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através interdisciplinaridade entre diversos campo de conhecimento, que tem como objetivo fundamental garantir o processo de ensino/aprendizagem.

Assim, a integração definida como metodologia oportuniza a formação do perfil profissiográfico, definido neste projeto e marcam o caráter interdisciplinar a partir do elenco das disciplinas, pela troca de informações e pela interação com os seguintes elementos:

- Grupos, Linhas e Projetos de Pesquisa existentes;
- Intercâmbio com outros campi e pesquisadores;
- Relação com curso de Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo;
- Relação com Cursos de pós-graduação *lato sensu* existentes no campus;

4.14. Interface pesquisa e extensão

A formação do licenciado em Educação Física tem como principio as atividades que contemplem uma construção articulada das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visando a consolidação da produção do conhecimento bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Educação Física visa a formação humana e a qualificação de profissional da educação, em intercambio com os vários setores da sociedade nos quais este profissional vira a atuar.

As atividades de Ensino devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, vivencias,

observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teórico-metodológicos ministrados em sala de aula, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular visando a produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

As atividades de ensino compreenderão:

- Disciplinas;
- Grupos de estudos;
- Seminários temáticos;
- Monitoria escolar;
- Monitoria Acadêmica.

Com relação à Pesquisa, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com os segmentos. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/escola, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e pesquisadoras, visando a criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

A Extensão, entendida como um das funções básicas da Universidade, e o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. E tida, ainda, como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado a comunidade acadêmica, que encontrara na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Farão parte das atividades de pesquisa e extensão:

- Participação em grupo de pesquisa;
- Projetos de iniciação Científica;
- Projetos de pesquisa institucionais;
- Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão;
- Estágios extracurriculares em área congênere a formação do curso;
- Grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar;

- Estudo e produção artístico-cultural;
- Assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições escolares e não escolares.

Proposta para Pós-graduação

O curso de Educação Física, como área da licenciatura, fará parte do processo de implantação e implementação do curso de mestrado para o campus de Tocantinópolis integrado aos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo, conforme o PQFD dos cursos citados. Tendo como grande área - Educação, com concentração em Educação Física Escolar, previsto para o ano de 2018, conforme as propostas dos cursos existentes.

4.15. Interface com programas de fortalecimento do ensino: Monitoria, PET, etc.

A interface entre os Programas e Projetos no âmbito do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais de Tocantinópolis articula-se com a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, os Programas e Projetos Institucionais em desenvolvimento pela UFT têm como objetivo o fortalecimento do ensino. Para tanto, deve-se realizar interface entre os programas e projetos institucionais da UFT, tais como: Programa Institucional de Monitoria (PIM); Programa Especial de Treinamento/Tutoria (PET); Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA); Programa Prodocência.

PIM: consta na Resolução Normativa – PROGRAD No 01/2005, que este programa tem como principais objetivos: incentivar a participação do discente nas atividades acadêmicas; despertar no discente o interesse pelas atividades da docência; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar o seu potencial assegurando-lhe uma formação profissional qualificada; contribuir com a melhoria na qualidade do ensino de graduação, no ato de educar e contribuir para a construção do projeto pedagógico do curso de graduação.

O PET: é um programa desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, que tem como base o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e objetiva: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela ética, pela cidadania e pela função social da educação superior.

PMA: O Programa permite que estudantes de qualquer curso de graduação das IFES Federais (Instituições credenciadas) possam deslocar-se temporariamente para outra instituição federal e curse até três semestres. Este Programa constitui-se em uma possibilidade de enriquecimento quando os alunos do curso de pedagogia poderão adquirir experiências em outras instituições de ensino superior, bem como conviver no âmbito do Campus e do Curso com outros alunos portadores de conhecimentos e culturas diferentes.

PRODOCÊNCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas): Este programa visa fortalecer a formação de professores e contribuir com as ações de melhoria da qualidade da Graduação. Tem como principais objetivos estimular a criação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do Ensino Superior; ampliar as ações voltadas a formação de professores, priorizando a formação inicial desenvolvida nos Cursos de Licenciatura das Instituições Federais de Ensino Superior; e apoiar a implementação das novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores.

4.16. Interface com as Atividades Complementares

As atividades complementares constituem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidas por diferentes instituições formativas, que propiciam vivências, saberes e experiências que contribuam com a formação do professor de educação física.

Trata-se de atividades de livre escolha do acadêmico, que deverão ser comprovadas mediante apresentação de certificação junto a Secretaria Acadêmica do Campus e para a Coordenação do Curso de Educação Física, em período a ser estabelecido pelo Colegiado de Curso, ou mesmo pela coordenação do curso, antes da conclusão das atividades curriculares disciplinares, a ser regulamentado por Instrução Normativa do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE No 9 de 2005, que orienta o aproveitamento das atividades dos alunos.

4.17. Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Física do Campus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins (UFT), será norteado pelas premissas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9.394/96, principalmente no que refere-se à atribuição das atividades de estágio por parte da própria instituição de ensino⁴. Da Resolução do

⁴ Cf. Art. 82 da Nova LDB Lei 9.394 de 21/03/84 e 2.080 de 20/12/96, que diz “Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para a realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) que dispõe sobre o Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório (Nº 003/2005) e da Lei nº 11788, de 25 de novembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, o Estágio Curricular Supervisionado estará associado à formação específica do Curso de Educação Física e será estruturado da seguinte forma: iniciará no 5º período, sendo realizado sem intervalos ao longo do curso até o 8º período. A proposta de Estágio do curso coloca que este poderá ser realizado tanto em instituições escolares quanto em não-escolares, incluindo a parte de observação, regência e projetos de intervenção em:

a) *Espaços Formais de Ensino* como: escolas de Educação Básica da rede pública e particular de ensino.

b) *Espaços Não-Formais de Ensino* como: Movimentos Sociais, Organizações Sociais⁵, Projetos de Pesquisa ligados a formação de professores, e Laboratórios de Pesquisa Interdisciplinar, Associações esportivas, Clubes, Academias, Associações Comunitárias.

2. OBJETIVOS

Geral: Proporcionar a reflexão significativa dos conteúdos da formação docente do educador físico por meio da observação vinculada à prática pedagógica num processo de problematização, teorização e intervenção.

Específicos:

Propiciar espaços de observação ao acadêmico de modo que possa refletir sobre a prática pedagógica com intuito de compreender e intervir em situações do cotidiano;

Promover ações que possibilitem ao acadêmico a construção de competências nas relações humanas e pedagógicas a partir dos estudos dos referenciais teórico-metodológicos que

Parágrafo Único - O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelece vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar seguro contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.”

⁵ Considera-se Organizações Sociais as Associações de Bairro, Associações de Pais e Mestres, Colônia de Pescadores, Associação de Pequenos Agricultores, Associação das Quebradeiras de Coco Babaçu, entre outros.

norteiam a prática docente;

Organizar espaços acadêmicos para que os acadêmicos possam dialogar e trocar experiências a partir do Estágio Curricular de modo que problematize e reflita suas atividades pedagógicas realizadas no decorrer do estágio.

3. ESTRUTURAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Desde o início do curso, os acadêmicos terão as disciplinas de seu currículo voltadas para as práticas educativas de um modo geral. São as disciplinas de Prática de Ensino, que subsidiarão as primeiras reflexões dos alunos sobre a sociedade e acompanharão, a partir do 5º período, as disciplinas de Estágio. Em outras palavras, as disciplinas de Prática de Ensino não se encerram com o início do Estágio Supervisionado, mas continuam fornecendo condições para que os acadêmicos, aliado ao Estágio, possam elaborar seus projetos de pesquisas e intervenção.

O acadêmico deverá cumprir a carga horária de 450 horas totais de Estágio Supervisionado ao longo do curso de graduação, distribuídas de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e o Regimento de Estágio. Assim, o discente matriculado nas disciplinas de Estágio deve cumprir integralmente a sua carga horária correspondente no semestre e comprovar através de documentos-padrões fornecidos pela UFT, que deverão ser entregues à Central de Estágio para fins de registro e arquivamento, caso contrário, deverão matricular-se novamente na disciplina.

Os alunos deverão entregar a documentação na Central de Estágio, no mais tardar até uma semana antes do encerramento do semestre letivo em vigor na UFT. Diante disso, a Central de Estágio comunicará aos professores das disciplinas de estágio quais os alunos que estão com documentos pendentes, no intuito de demonstrar que não foi comprovada a efetivação do estágio no período determinado.

O Estágio Supervisionado será realizado em Espaços Formais de Ensino e Espaços Não-Formais de Ensino. Todas as instituições devem ter convênios com a UFT possibilitando aos licenciandos a oportunidade de integração e comprometimento com a realidade social. A carga horária total de 450 horas do Estágio está distribuída da seguinte forma:

Quadro 04. Carga Horária das disciplinas de Estágio

Período	Disciplina	CHT	CHP	CH
----------------	-------------------	------------	------------	-----------

5º	Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil	30	60	90 horas
6º	Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	30	90	120 horas
7º	Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano)	30	90	120 horas
8º	Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio	30	60	90 horas

4. DIRETRIZES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado vincula-se ao Colegiado de Educação Física, o que significará o envolvimento de todos os professores com a orientação dos discentes quanto à bibliografia, temas, programas de aulas/palestras/oficinas, elaboração de textos didáticos, indicação de recursos audiovisuais, entre outros. Professores de Cursos afins também poderão participar das atividades de orientação e demais atividades.

A operacionalização e a coordenação do Estágio ficarão sob responsabilidade dos professores das Disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado, das Disciplinas de Componentes Curriculares e/ou Pedagógicas, e da Central de Estágio. Contudo, os alunos vinculados ao curso poderão estabelecer interlocução com os professores das diferentes atividades e área de conhecimento, solicitando contribuições e orientações para suas demandas de estágio e de treinamento da prática de ensino.

Ressalta-se que, prioritariamente, o Estágio deverá ocorrer nas escolas públicas, abrangendo as suas dimensões como: gestão, atividades extraclasse e sala de aula. Além de atender outro campo de estágio que é a educação não-formal feito em outras instituições.

As horas de Estágio Curricular Supervisionado exigido pela Legislação Federal serão distribuídas ao longo dos dois últimos anos do curso, entre o 5º e o 8º períodos. Tendo em vista a formação de um professor/pesquisador, o estágio terá a oportunidade de discutir questões que envolvem o ensino propriamente dito, bem como, projetos de intervenção ligados a situações problemas encontrados nos espaços não formais de ensino.

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Para o cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deve cumprir etapas, que consistem num processo de aprendizagem que se inicia no 1º período do Curso e finaliza no 8º período. A partir do 5º período o aluno desenvolverá as atividades a seguir

relacionadas:

- Observação da estrutura, funcionamento, recursos e clientela da escola e outros espaços no qual realiza o estágio;
- Observação da atuação didático-pedagógica do professor regente da sala de aula em que está estagiando;
- Participação nas aulas, atuando em atividades de ensino sugeridas e/ou autorizadas pelo professor regente da sala de aula;
- Regência em sala de aula em que está estagiando;
- Desenvolvimento de atividades tais como planejamento, oficinas, palestras, reuniões, que correspondem a programação do estágio, de acordo com a orientação do professor da Unidade Concedente e do docente-orientador da IES;
- Observação em espaços não-formais de ensino no intuito de desenvolver projeto de intervenção a partir de um olhar de cientista social.

6. ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

- a) Registrar todas as atividades de estágio previstas;
- b) Entregar ao docente-orientador, no final do estágio, relatório das atividades realizadas;
- c) Informar-se, junto ao docente-orientador, de todas as atividades a serem desenvolvidas para o cumprimento integral do estágio;
- d) Comprovar a realização das atividades de observação, participação e regência da aula, através do preenchimento de ficha de frequência assinada pelo professor titular da disciplina e/ou pelo professor supervisor de estágio;
- e) Apresentar, em prazo fixado pelo Coordenador de Estágio e pela Central de Estágio, o planejamento do conteúdo e das atividades didáticas ao professor de estágio, para análise e acompanhamento;
- f) Assumir a regência da turma na presença do professor na Unidade Concedente;
- g) Observar espaços não-formais de ensino para elaborar projetos de intervenção.

7. SUPERVISÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR

A orientação das atividades desenvolvidas nos campos de estágio caracteriza-se como “supervisão direta”, através do acompanhamento contínuo e direto de todo o processo pelo docente orientador.

Cabe ao docente orientador de Estágio:

- Orientar o estagiário sobre as atividades de estágio e o preenchimento dos documentos de estágio;
 - Acompanhar o estagiário quanto ao planejamento para sala de aula e o relatório das atividades desenvolvidas;
 - Avaliar o desempenho do estagiário através de registros, observações e acompanhamento;
- Elaborar o Regulamento de Estágio Curricular Não-Obrigatório com base na Lei nº 11.788/2008.

8 . Estágio Curricular Não-Obrigatório, o discente deverá apresentar:

- a) Termo de Compromisso, em 03 vias assinadas pelas partes constituintes;
- b) Plano de Atividades, em 03 vias assinadas pelas partes constituintes.

Durante o estágio, o discente deverá ter a:

- a) Ficha de Frequência cedida pela Central de Estágio que deverá ser assinada pelo responsável pelo acompanhamento após o cumprimento da carga horária praticada/efetivada/feita pelo acadêmico na Unidade Concedente.

Ao final do estágio, o aluno deverá apresentar:

- a) Relatório de Atividades, em 01 via assinadas pelas partes constituintes;
- b) Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor na Unidade Concedente, em 01 via devidamente assinada;
- c) Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor de Estágio na UFT, em 01 via devidamente assinada;
- d) Termo de realização de estágio obrigatório, em 01 via devidamente assinada;

e) Ficha de Frequência assinada, em 01 via devidamente assinada.

Todos estes documentos devem ser entregues à Central de Estágio para arquivamento em pastas individuais dos acadêmicos.

4.18. Prática Profissional

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A PRÁTICA E ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

As dimensões pedagógicas dos cursos de licenciatura

O curso de licenciatura deve garantir fundamentos (conteúdo) e metodologias (forma) que subsidiem a capacidade de refletir sobre a ação, ampliando assim os horizontes da compreensão do mundo. É nessa perspectiva que se coloca o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/ CP 009/2001, aprovado em 08/05/2001, que, ao dispor sobre as dimensões teóricas dos cursos de licenciatura, abre a discussão da seguinte forma:

Esse exercício vai requerer a atuação integrada do conjunto de professores do curso de formação visando superar o padrão segundo o qual os conhecimentos práticos e pedagógicos são de responsabilidade dos pedagogos e os conhecimentos específicos a serem ensinados são responsabilidade dos especialistas por área de conhecimento.

Explicita, ainda, que

Essa atuação integrada da equipe de formadores deve garantir a ampliação, ressignificação e equilíbrio de conteúdos com dupla direção: para os professores de atuação multidisciplinar de educação infantil e de ensino fundamental, no que se refere aos conteúdos a serem ensinados; para os professores de atuação em campos específicos do conhecimento, no que se refere aos conteúdos pedagógicos educacionais.

Além disso, os conhecimentos pedagógicos constitutivos do curso referem-se às diferentes concepções sobre temas próprios da formação de professores, tais como: currículo, desenvolvimento curricular, docência, transposição didática, contrato didático, planejamento, plano, programa, projeto de ensino, organização de tempo e espaço de aprendizagem, organização do trabalho formativo, interação grupal, criação, realização e avaliação das situações didáticas, avaliação de aprendizagens dos alunos, trabalho diversificado, relação professor-aluno, análises de situações educativas e de ensino complexas, entre outros. São deste âmbito, também, as pesquisas dos processos de aprendizagem dos alunos e os procedimentos para produção de conhecimento pedagógico pelo professor.

Subsídios para as dimensões da Prática como componente curricular e o Estágio Curricular

Supervisionado

Perceber as diferentes dimensões do contexto, analisar como as situações se constituem e compreender como a atuação pode interferir nelas é um aprendizado permanente, na medida em que as questões são sempre singulares e novas respostas precisam ser construídas. A competência profissional do professor é, justamente, sua capacidade de criar soluções apropriadas a cada uma das diferentes situações complexas e singulares que enfrenta. Este âmbito de conhecimento está relacionado às práticas próprias da atividade de professor e às múltiplas competências que as compõem e deve ser valorizado em si mesmo. Entretanto, é preciso deixar claro que o conhecimento experiencial pode ser enriquecido quando articulado a uma reflexão sistemática. Constrói-se, assim, em conexão com o conhecimento teórico, na medida em que é preciso usá-lo para refletir sobre a experiência, interpretá-la, atribuir-lhe significado.

De acordo com as orientações legais indicadas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação, a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em seu Art. 13, explicita que em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar. Aponta, ainda:

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos (Resolução CNE/CP 1/2002).

Nessa perspectiva, prática como componente curricular deve ser entendida como o conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive as de natureza acadêmica, que se volta para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico. O Parecer CNE/CP nº 9/2001, item 3.2.5, ao discutir a concepção restrita de prática no contexto da formação dos professores para a Educação Básica, sinaliza o seguinte:

Uma concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional. (p.23)

Por sua vez, o Parecer CNE/CP nº 28/2001, enfatiza que

Sendo a prática um trabalho consciente [...], ela terá que ser uma atividade tão

flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador (p.9).

Em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 9/2001 (p. 57), o planejamento dos cursos de formação de professores deve prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares, como indicado a seguir:

a) No interior das áreas ou disciplinas. Todas as disciplinas que constituem o currículo de formação e não apenas as disciplinas pedagógicas têm sua dimensão prática. É essa dimensão prática que precisa ser permanentemente trabalhada, tanto na perspectiva da sua aplicação no mundo social e natural quanto na perspectiva da sua didática.

b) Em tempo e espaço curricular específico, aqui chamado de coordenação da dimensão prática. As atividades deste espaço curricular de atuação coletiva e integrada dos formadores transcendem o estágio e têm como finalidade promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão para compreender e atuar em situações contextualizadas, tais como o registro de observações realizadas e a resolução de situações-problema características do cotidiano profissional. Esse contato com a prática profissional, não depende apenas da observação direta: a prática contextualizada pode vir até a escola de formação por meio das tecnologias de informação – como computador e vídeo –, de narrativas orais e escritas de professores, de produções dos alunos, de situações simuladas e estudo de casos.

c) Nos estágios curriculares: Conforme Parecer CNE/CES 213/2003, de 01/10/2003, para se aferir a dimensão prática do curso devem ser somadas as partes horárias previstas no interior de cada área ou disciplina para atividades práticas, observando-se que nem toda atividade prática desenvolvida na disciplina pode ser considerada como prática de ensino. Por exemplo, as atividades de caráter prático relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento, como no caso da Química ou Física, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição, devendo o total perfazer 400 horas. Para se avaliar quantitativamente a dimensão pedagógica do curso, deverão ser somadas, dentro das horas do curso, as partes horárias dedicadas às atividades pedagógicas. As disciplinas, de natureza pedagógica, contemplam em seu interior atividades teóricas e práticas. A soma dessas atividades pedagógicas, teóricas e práticas, devem perfazer 1/5 da carga horária do curso. Por sua vez, tão somente a parte prática dessas disciplinas pedagógicas somada às demais frações práticas existentes no curso integra o total de 400 horas exigido para atividades práticas. Ou seja, as atividades práticas pedagógicas entram no cômputo das duas dimensões, prática e pedagógica. Somam-se às atividades pedagógicas para perfazer 1/5 do total de horas do curso e somam-se às atividades práticas para totalizar às 400 horas exigidas.

A fim de se obter a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor deverão ser incluídas no Projeto Pedagógico do curso de licenciatura propostas interdisciplinares de trabalho, elaboradas de forma colaborativa e situações de aprendizagem desafiadoras, que exijam a aplicação e a investigação na prática de conceitos teóricos em estudo.

As dimensões do estágio supervisionado

Outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: **estágio supervisionado de ensino**. Estágio é o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim, o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio *supervisionado*. Trata-se, pois, de um momento de formação profissional seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa do formando em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

A Resolução CNE/CP 1/2002 sinaliza que:

§ 3º O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de Educação Básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

Tendo como objetivo, junto com a prática de ensino, a relação teoria e prática social tal como expressa o Art. 1º, § 2º da LDB-9394/96, bem como o Art. 3º, XI e tal como expressa sob o conceito de prática no Parecer CNE/CP 09/01, o estágio é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. Entre outros

objetivos, pode-se dizer que o estágio pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é, diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigível dos formandos, especialmente quanto à regência. Mas, é também um momento para se acompanhar alguns aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelo semestre, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar. É o caso, por exemplo, da elaboração do projeto pedagógico, da matrícula, da organização das turmas e do tempo e espaço escolares.

A esse respeito, o Parecer CP no. 27/2001 assim se manifesta:

O estágio obrigatório deve ser vivenciado ao longo de todo o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve acontecer desde o primeiro ano, reservando um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses —tempos na escolal devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores (CNE CP 27/2001).

Dessa forma, o estágio se caracteriza por uma relação ensino-aprendizagem mediada pela ação do professor-formador, que se dá pelo exercício direto *in loco* ou pela participação do discente em ambientes próprios da área profissional, objeto da sua formação. Visa não somente à regência em sala de aula, mas também à reflexão teórico-prática sobre a docência e demais aspectos integrantes do cotidiano escolar, a exemplo da elaboração de projetos pedagógicos e organização de tempos e espaços escolares. Nesse sentido, deve incorporar as seguintes dimensões:

- a) observação do contexto de atuação profissional a fim de mapear a realidade em que irá se integrar.
- b) acompanhamento das atividades profissionais para as quais o aluno está sendo preparado ao longo do curso.
- c) elaboração e desenvolvimento de projeto de investigação e intervenção no campo de estágio, com o suporte de disciplinas práticas específicas de cada habilitação.

Além disso, entendemos que os cursos de licenciatura devem ter uma proposta de base comum que tenha por eixo uma concepção ampla de docência que englobe as múltiplas dimensões do trabalho pedagógico por meio de uma sólida formação teórica em todas as atividades curriculares – nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, em todos os seus níveis e modalidades, e nos conteúdos especificamente pedagógicos – uma ampla formação cultural e a incorporação da pesquisa como princípio formativo, entre outros.

4.19. Trabalho de Conclusão de Curso.

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência legal prevista na estrutura curricular do curso, entendida como importante etapa da vida acadêmica, pois materializa a construção dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, e sinaliza a capacidade de aprofundamento, sistematização e amadurecimento intelectual do acadêmico a respeito de uma determinada temática.

As DCN's do curso de Educação Física observam como imprescindível:

Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.

Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional (BRASIL, 2004)⁶.

A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência legal prevista na estrutura curricular do curso, entendida como importante etapa da vida acadêmica, pois materializa a construção dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, e sinaliza a capacidade de aprofundamento, sistematização e amadurecimento intelectual do acadêmico a respeito de uma determinada temática.

⁶ BRASIL. **Resolução nº. 7, de 31 de março de 2004**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfísica.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.

A superação dos problemas educacionais só será possível se ocorrerem mudanças nos paradigmas que envolvem as práticas educativas. Portanto, a pesquisa educacional é muito importante para que seja revelado aos que ainda estão em processo de formação os pontos frágeis que devem receber maior atenção da parte dos educadores em sentido amplo.

Assim, a construção do TCC é o momento em que o acadêmico formaliza sua percepção e faz críticas aos processos educativos que ocorrem formalmente em instituições escolares. É importante destacar que os problemas que se transformam em objetos de pesquisa dos trabalhos de conclusão de curso não necessariamente devem estar ligados exclusivamente ao contexto das práticas educativas, mas também a qualquer outro tema relevante de interesse do acadêmico, mas que esteja interligado com a grande temática - Educação.

Posteriormente, caberá ao Colegiado do Curso de Educação Física elaborar uma resolução específica normatizando a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de acordo com princípios pedagógicos contidos na proposta curricular do curso.

REGULAMENTO DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

DA DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E GESTÃO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular do curso de Licenciatura em Educação Física, vinculada à dimensão **Produção do conhecimento científico e tecnológico** as quais fazem parte as disciplinas Pesquisa em Educação Física Escolar I e II, cuja integralização pelo acadêmico totaliza 90 horas (8 créditos) condicionada à produção escrita, individual, sob orientação docente e apresentação oral pública à banca examinadora.

§ 1º O TCC do curso de Licenciatura em Educação Física possui caráter monográfico e científico, e consiste na sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente às linhas de pesquisas do curso, podendo ser de natureza teórica ou teórico-empírica.

§ 2º São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

I. contribuir para o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, crítica, reflexiva e

criativa do aluno;

II. promover a coerência do processo de formação do profissional e integrar os conhecimentos das disciplinas da matriz curricular à pesquisa, à extensão e às atividades complementares;

III. possibilitar experiências na produção de conhecimentos relevantes à comunidade acadêmica e à sociedade.

§ 3º O processo de orientação de trabalhos acadêmicos e os recursos de alunos reger-se-ão pela regulamentação interna e externa, sob a égide do Colegiado do Curso.

DAS LINHAS DE PESQUISA

Art. 2º Os temas de orientação de trabalhos de conclusão de curso serão regidas pelas linhas de pesquisa estabelecidas pelo colegiado do curso e de acordo com a linha do professor.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à coordenação de curso a orientação sobre o processo de orientação do TCC, em consonância com os professores das disciplinas Pesquisa em Educação Física Escolar I e II, além de despachar, dentro do prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico, eventuais recursos de alunos.

Art. 4º Compete ao professor orientador:

I. respeitar este regimento;

II. orientar com qualidade, nos limites da respectiva área de formação e experiência profissional, atendendo aos alunos nos dias e horários combinados;

III. indicar ao orientando leituras de fundamentação teórica e de exemplos de trabalhos científicos;

IV. supervisionar o trabalho de acordo com as normas da ABNT e do Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos;

V. fazer o devido registro das orientações no formulário de orientação a ser disponibilizado pela Coordenação do curso;

VI. esclarecer ao aluno que o plágio é crime de violação de direito autoral, segundo as prescrições do Capítulo II da Lei dos Direitos Autorais n.º 9.610/98 e do art. 184, caput, do Código Penal, que preceitua detenção de três meses a um ano, ou multa para esses casos;

VII. presidir a Banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso;

VIII. cuidar para que o aluno faça a revisão da linguagem e metodológica, segundo o Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos e da linguagem textual, segundo as normas da língua padrão;

IX. apresentar, sempre que solicitado, informações a respeito do processo de orientação à

Coordenação de Curso.

Art. 5º Compete ao professor examinador avaliar o TCC conforme os procedimentos operacionais e éticos e sugerir contribuições que visem à melhoria da qualidade do trabalho.

Art. 6º Compete ao aluno orientando:

- I. ter cumprido os créditos das disciplinas Pesquisa em Educação Física Escolar I e II ;
- II. definir a área de concentração e da linha de pesquisa nas quais se desenvolverá o trabalho monográfico, bem como a definição de um possível orientador;
- III. escolher e delimitar o tema em uma das linhas de pesquisa do curso em consenso com o orientador;
- IV. encaminhar recurso com documentos de procedência, em anexo, à Coordenação de curso, em qualquer momento do Processo de Orientação, se julgar necessário.

DA ORIENTAÇÃO

Art. 7º O Colegiado de Educação Física deverá garantir, por meio de seu corpo docente, a orientação a todos os TCCs.

Art. 8º A descontinuidade da orientação só poderá ocorrer mediante pelo consentimento entre orientador e orientando. O abandono do processo por qualquer uma das partes deverá ser registrado, mediante assinatura de ambos no formulário de orientação e no prontuário do professor.

§ 1º Se a descontinuidade da orientação ocorrer por iniciativa do discente orientando, caberá a este procurar outro docente para orientá-lo.

§ 2º Caso a descontinuidade ocorrer por iniciativa do orientador, caberá à coordenação de curso mediar, indicando outro orientador.

DA DEFESA PÚBLICA E DA AVALIAÇÃO

Art. 8º Os TCCs deverão atingir, para aprovação, a avaliação mínima de 75% do total de 10,0 pontos, em cumprimento ao Art. 64 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MEC/SESu nº. 601, de 28 de junho e publicada na Página 19, Seção I do Diário Oficial da União, dia 29 de junho de 2007,

conforme orientações nos apêndices I e II deste Regulamento, de modo que:

I. o conteúdo do TCC encaminhado para apresentação oral pública à banca examinadora, será de responsabilidade do estudante e do professor orientador;

II. A banca será composta pelo professor orientador, seu presidente, e por mais um ou dois membros, professores da UFT ou de outras instituições de ensino superior, indicados pelo professor orientador em consonância com o orientando;

III. A data da defesa será marcada pelo professor orientador, em consonância com o orientando e os demais membros da banca examinadora;

IV. O TCC, em sua versão final, deverá ser entregue à banca examinadora com, no mínimo, quinze dias de antecedência;

V. Na defesa pública, o aluno terá de 20 a 30 minutos para a exposição do trabalho; cada membro da banca terá 20 minutos para seus comentários e o aluno igual tempo para respostas;

VI. Cada membro da banca atribuirá uma nota de zero a dez ao trabalho e a nota final atribuída ao aluno pela banca examinadora será a média aritmética das notas atribuídas por cada membro.

VII. Após as alterações sugeridas pela banca examinadora, o TCC será entregue na Secretaria Acadêmica, no prazo de trinta dias, sendo a versão final entregue em cópias impressa e digital, em formato pdf, em data estipulada pelo calendário do TCC.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º O aluno que se julgar prejudicado diante da não qualificação do trabalho pelo professor orientador para a banca examinadora final, poderá requerer revisão, por escrito, à Coordenação de curso, desde que fundamentado por meio de cópias anexas de documentos de legítima procedência, que serão submetidos à apreciação do Colegiado do curso.

Art. 10 A fraude na elaboração do trabalho, na forma de plágio ou outra de igual relevância, será considerada falta grave, estando o aluno sujeito às penalidades, que incluem a possibilidade de desligamento do curso. Caso o professor orientador, algum membro da banca examinadora, o parecerista ou a coordenação do curso tenha fortes razões para supor que houve plágio deverá informar a coordenação acadêmica que encaminhará um pedido para abertura de comissão de sindicância para o julgamento do caso.

Art. 11 Casos omissos a este Regulamento serão discutidos com a Coordenação de curso e deliberados pelo Colegiado.

Art. 12 A aprovação deste Regulamento revoga as disposições em contrário.

Formulário de orientação de TCC.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Nome do aluno: _____

Nome do Orientador: _____

Título do trabalho: _____

FORMULÁRIO DE ORIENTAÇÃO DE TCC

1º encontro

Dia ____ / ____ / ____

Ass. do orientador: _____

Atividade desenvolvida:

Assinatura _____ do(a) _____ estudante: _____

2º encontro

Dia ____ / ____ / ____

Ass. do orientador: _____

Atividade desenvolvida:

Assinatura _____ do(a) _____ estudante: _____

4.20 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação tem como base o aspecto político-pedagógico, cujo objetivo é emancipar, oportunizando para esse sujeito a liberdade de escrever sua própria história na construção do conhecimento. Partindo desse pressuposto, a avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A **avaliação do aluno** nesses eixos contempla uma abordagem interdisciplinar e, sempre que possível, será realizada por meio de uma proposta interdisciplinar. Recomenda-se que sejam previstos Seminários Interdisciplinares durante a oferta do eixo, com a participação de todos os professores envolvidos, com o intuito de promover um debate mais ampliado da temática. O processo avaliativo da disciplina será composto de avaliação específica da disciplina e avaliação conjunta com as

disciplinas em que ocorreu a articulação. Ou seja, será previsto, que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar. A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação do ensino, pois se não e muda a avaliação, será muito difícil fazer alguma coisa que tenha consistência. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem baseado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está centrada na avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/ comportamentos.

Segundo Bordenave & Pereira (2001, p.70), somente a adoção de uma atitude interdisciplinar permite a identificação precoce dos problemas que o aluno pode ter em seu trabalho e, ao fazê-lo, permite ao estudante identificar as suas dificuldades e buscar os caminhos de correção. A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo.

Conforme Macedo (2002, p. 32), trata-se de perceber

a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados em um contexto construído, que, efetivamente, o constroem o currículo. As questões como, quê e por quê se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de ser e de estar no mundo dos alunos. A avaliação, nessa perspectiva, assume um caráter processual e gradual, exigindo um esforço coletivo e contínuo no processo de pensar, agir, e transformar.

Das avaliações e dos critérios de aprovação

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução Consepe 05/2005 art 4, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele

obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina. Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

4.21 Avaliação do Projeto do Curso

Conforme documento dos Especialistas do MEC, a Avaliação dos cursos deve oferecer critérios próprios para avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem. Para obter autorização de funcionamento, um curso de graduação em Educação Física, na modalidade de Licenciatura deverá atender ou demonstrar capacidade futura de atender os *Padrões de Qualidade* exigidos pelo MEC.

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos da UFT visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI. Em atendimento às diretrizes do SINAES, aprovado pela Lei nº 10.861\2004, a UFT implantou, em abril de 2004, o processo de Avaliação Institucional, criando, na oportunidade, Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA), composta por um representante docente, por campus, representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e um representante da sociedade civil.

Nesse contexto, torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das arquiteturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão de —produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia (PDI, 007). Assim, foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber:

Missão: identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

Corpo de professores/pesquisadores: formação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da

instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na carreira docente; entre outros.

Corpo docente: integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono; qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex-alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno; **Corpo de servidores técnico-administrativos:** integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas de admissão na carreira.

Currículos e programas: concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático-pedagógicas; utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.

Produção acadêmico-científica: análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais; formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica.

Atividades de extensão e ações de intervenção social: integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos; pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

Infra-estrutura: análise da infra-estrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.

Gestão: administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos

servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

Convênios e parcerias: análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

4.22 Auto-avaliação e avaliação externa (ENADE e outros)

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Campus Universitário de Tocantinópolis será avaliado de forma contínua e sistemática, objetivando a visualização de sua implementação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes. No âmbito mais geral, esta avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos docentes com os educandos, refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais. De forma mais específica, deverá ser objeto de análise de uma Comissão Permanente de Avaliação a ser criada para esta finalidade. Esta avaliação deverá abranger os âmbitos do ensino, da pesquisa, e da extensão.

A Comissão Permanente de Avaliação deverá elaborar instrumentos de avaliação, de registro e de análise de resultados e submetê-los a avaliação do Colegiado. O trabalho previsto para a Comissão envolverá:

- Análise e reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares. (ensino);
- Análise e reflexão sobre o exercício da pesquisa no processo de ensino aprendizagem e das atividades de pesquisa de professores e alunos de um modo geral. (produção do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre a socialização dos resultados dos conhecimentos produzidos. (difusão do conhecimento);
- Análise e reflexão sobre as atividades de extensão realizadas. (extensão);
- Avaliação periódica da gestão acadêmica do Curso (colegiado e coordenação de curso) visando subsidiá-la na proposição de alternativas para atender determinadas demandas docentes/discentes/institucionais (gestão).

5 – Corpo Docente, Corpo Discente e Corpo Técnico-Administrativo

5.1. Formação acadêmica e profissional do corpo docente					
Encontra-se em formação de acordo com os códigos disponibilizados para os concursos públicos.					
5.2. Regime de trabalho					
Encontra-se em formação					
5.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010.					
Quando o colegiado for formado, serão eleitos os componentes do NDE.					
5.4. Produção de material didático ou científico do corpo docente					
Encontra-se em formação, após concurso público, será descrito a produção de material didático do corpo docente.					
5.5. Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo que atende ao Curso					
Para melhor conhecimento da trajetória acadêmica dos servidores e suas áreas de atuação, apresenta-se o quadro a seguir, visto que é importante considerar que um projeto de pesquisa para a pós-graduação <i>stricto sensu</i> precisa estar em sintonia com o ambiente organizacional.					
Quadro 5: Formação e Experiência do Corpo Técnico					
Nome do técnico(a)	Graduação	Bacharel e/ ou Licenciatura	Pós-Graduação	Pós-Graduando	Área de conhecimento
1- Maria da Consolação	Biblioteconomia	Bacharelado	SIM	NÃO	Educação
2- Giano Carlos Santos Guimarães	Geografia	Licenciatura	NÃO	SIM	Educação
3-Graciela Garcia Morais	Administração	Bacharelado	SIM	NÃO	Administração
4- Francilene Alves Silva	Geografia	Licenciatura	SIM	NÃO	Educação
5- Leonel Dias Ribeiro	Pedagogia	Licenciatura	SIM	NÃO	Educação
6 – Leonardo da Silva Sousa	Ciência da Computação	Bacharelado	NÃO	NÃO	Informática
7- Levi Lopes de Carvalho	Administração	Bacharelado	SIM	NÃO	Administração
8- Marcélio Campos Martins	Administração	Bacharelado	SIM	NÃO	Administração

9- Márcio Kley Soares Brandão	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
10- Patrick da Silva Gomes	Administração	Bacharelado	SIM	NÃO	Administração
11- Raimundo de Abreu Brito	Ciências Sociais	Licenciatura	NÃO	NÃO	Educação
12- Revilmar Barbosa de Andrade	Administração	Bacharelado	SIM	NÃO	Administração
13- Rosileide Borges de Sousa Marinho	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
14- Saulo Eglain Sá Menezes Moraes	Geografia	Licenciatura	SIM	NÃO	Educação
15- Valdemy Leite de Castro	Ciências Contábeis e Geografia	Bacharelado e Licenciatura	SIM	NÃO	Educação
16 – Antônio Nilson Moreira de Souza	Pedagogia	Licenciatura	SIM	NÃO	Administração
17- Gleison Fernandes Moreira	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

6 - Instalações Físicas e Laboratórios

O campus de universitário de Tocantinópolis possui atualmente uma área de 7,200 m² localizada em área privilegiada no centro da cidade. Neste espaço está contemplado 10 salas de aula, 01 laboratório de informática, 22 salas administrativas, 20 sala de professores, 09 salas de projetos, 01 bloco do PARFOR, 01 biblioteca, 01 cantina, 01 auditório e 01 casa do estudante.

Em 2013 foi doada uma área de 223,240m² para a construção do novo campus situada na entrada da cidade de Tocantinópolis. O novo campus abrigará estrutura suficiente para expansão de mais de 20 cursos. Nele será construída a estrutura definitiva do curso de Educação Física.

Para o curso de Educação Física será utilizada a estrutura que a Cidade de Tocantinópolis oferece, a saber: quadras poliesportivas cobertas, ginásio, estádio municipal, estrutura do Tocantinópolis Esporte Clube, AABB, escolas estaduais e municipais, prefeitura municipal, academias e a estrutura atual do campus.

O potencial de espaços na cidade tem um grande diferencial a favor da Universidade que o trabalho com parcerias, evitando assim custos financeiros a instituição. Vale lembrar também que o campus dispõe de uma escola que fica na área da UFT que está cedido para a prefeitura. Nesta escola possui 4 salas de aula com capacidade para 50 pessoas, banheiros, cozinha, porém, sem ar-condicionado. Com planejamento futuro, poderá ser utilizada em 2014/2.

O quadro 2 abaixo aponta para as estruturas físicas existentes na cidade de Tocantinópolis e que

poderiam ser utilizadas mediante parcerias com o poder público municipal e estadual e instituições privadas, através de convênio para firmar parceria:

Quadro 6: Estrutura Física de Tocantinópolis:

ESPAÇO FÍSICO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CONDIÇÕES
Escola Estadual XV de Novembro	Estado/Seduc	01 quadra de esporte coberta
Escola Estadual Darcy Marinho	Estado/Seduc	01 quadra de esporte coberta e laboratório de anatomia.
Escola Estadual Giuliano Moretti	Estado/Seduc	01 quadra de esporte coberta
Escola Estadual Padrão	Estado/Seduc	01 quadra de esporte coberta
AABB	Banco do Brasil	Piscina Quadra de Esportes Academia
Estádio Lauro Assunção	Prefeitura de Tocantinópolis	Campo de Futebol Pista de Atletismo (processo de conclusão)
Academia da Melhor Idade	Prefeitura de Tocantinópolis	Aparelhos Aeróbicos para atividade física da terceira idade

6.1. Laboratórios e instalações

- Laboratório de Anatomia Humana (alguns componentes podem ser trabalhados no **LABIN e LIAPE**)
- Laboratório de Informática e Multimídia. Obs. Estudos de parte Anatomia Humana;

Fisiologia digital e de imagens (**LABIN e LIAPE**)

- Laboratório de Biomecânica e Musculação. (**Parceria com a Prefeitura de Tocantinópolis - Academia da Melhor Idade**)
- Laboratório de expressão corporal (ginástica e dança) - (**Parceria com a Prefeitura de Tocantinópolis - Academia da Melhor Idade**)
- Laboratório de observação do lazer e Recreação. (**Parceria com o complexo Poliesportivo LAURO ASSUNÇÃO**)

1. Laboratório de Informática e Multimídia.

O Laboratório de Informática de Multimídia é um espaço interdisciplinar onde se desenvolve a pesquisa e a extensão em interface com outros cursos como pedagogia e psicologia, por exemplos. Equipado com computadores e outros equipamentos de multimeios visa à utilização da informática como auxiliar do ensino, da pesquisa e da extensão através da introdução de uma metodologia que proponha atividades fora da sala de aula convencional e que utilize recursos como: internet, vídeo, cinema, filmografia, etc.

Para isso a sala precisa de alguns equipamentos básicos, tais como:

- Mesas
- Cadeiras
- Computadores
- Televisões
- Scanner
- Máquina fotográfica digital.
- Câmera filmográfica
- Data show
- Tela de projeção, etc.

Vale ressaltar que a princípio será utilizado o laboratório do campus, que possui 32 máquinas em bom estado, com funcionamento das 08h até as 22h. Para 2015 será iniciada construção de um laboratório de informática no novo câmpus.

2. Laboratório de Biomecânica e Musculação. (Academia da Melhor Idade)

Esse espaço aproxima-se de uma academia de ginástica e musculação, uma vez que os equipamentos utilizados para que os alunos realizem as atividades neste laboratório são os mesmo de uma academia convencional.

Esse espaço auxilia no ensino e na pesquisa na formação profissional do acadêmico possibilitando-lhe um acentuado conhecimento científico da Biomecânica.

Diversas atividades são realizadas neste laboratório:

- Análise biomecânica em atividade de corrida e ciclismo competitivo.
- - Observação dos efeitos do cansaço sobre o corpo durante e após o exercício.
- - Avaliação da frequência cardíaca durante competições

Equipamentos necessários:

- Aparelho de pressão manômetro
 - Aparelho de pressão coluna de Mercúrio
 - Balança
 - Bicicletas Ergométricas
 - Bebedouro
 - Cicloergômetro de braço.
 - Esteiras pró-fitness
 - Microcomputadores
 - Monitores Cardíacos Polar

3. Laboratório de observação do Lazer e da Recreação (CP Lauro Assunção)

Este laboratório visa apontar, através de pesquisas acadêmicas, a importância do lazer e da recreação para a promoção de uma boa qualidade de vida para crianças, jovens, adultos e terceira idade. Para isso propõe-se a:

- Prestar serviços de orientação;
- Promover eventos de atividades esportivas para integração social;
- Realizar pesquisa de alcance a abrangência comunitária;

No campo do ensino e da extensão poderá realizar: Cursos, Seminários, Congressos, Palestras, Publicações, Simpósios e atividade de clinica.

4. Laboratório de Laboratório de Biomecânica e Musculação. (Academia da Melhor Idade)

Este Laboratório tem por objetivo a compreensão do movimento humano e da aprendizagem dos

movimentos dos pontos de vista voluntário e involuntário, em parceria com os laboratórios de biomecânica, psicologia do esporte e lazer e recreação.

Assim, o laboratório visa à investigação e a análise do movimento humano em suas estruturas básicas relacionadas às atividades físico-esportivas e atividades cotidianas, observando-se as consequências para o aparelho locomotor tanto em relação ao rendimento e otimização técnica como em dependência das características específicas das reações do sistema biológico humano. Nesse laboratório pode-se elaborar projetos que observação e intervenção sobre o desenvolvimento motor.

Atualmente, no Campus de Tocantinópolis, dispomos de vários blocos os quais formam um complexo nos quais funcionam os Cursos de Pedagogia, Ciências Sociais e o PARFOR. Nesse sentido, para o funcionamento inicial do Curso de Educação Física, iremos aperfeiçoar tanto o espaço físico quanto o corpo docente em acordo com a exposição seguinte:

Biblioteca: Atualmente temos uma biblioteca com espaço físico amplo, a qual foi reformada recentemente, está informatizada além de contar com salas de estudo para alunos e um amplo acervo bibliográfico sendo que todos os seus espaços são climatizados.

Salas de aula: Neste espaço possui 10 salas de 52m² cada com capacidade para 50 alunos podendo atender até 500 alunos por turno, em total de 1500 em 3 turnos. Essas salas ficam localizadas em espaço de 1561,41m² que ainda contempla o auditório, copiadora, sala de multimídia, CAs, brinquedoteca, banheiros e cineclubinho. Possui também um pátio de circulação de 224,00m². as referidas salas possuem espaço, iluminação, climatização e mobiliários adequados e podem ser utilizadas juntamente com os outros dois cursos existentes ou no período vespertino em razão de que nesse turno as mesmas ficam totalmente ociosas. O fato de prevermos apenas uma entrada anual do Curso de Educação Física certamente facilitará a implantação do mesmo. Pensa-se também, caso necessário, na possibilidade de reduzirmos uma entrada no Curso de Pedagogia a fim de acolhermos melhor o Curso de Educação Física.

Bloco de Sala de Professores: O campus possui dois blocos, cada um com 256,69m² com 10 salas de professores estruturadas como internet, ar condicionado, ramal, computadores, mobiliários e capacidade de atender até 22 professores. Também compreende uma sala de reunião para cada bloco com capacidade de 30 pessoas. Essa estrutura ainda não está totalmente ocupada, tendo ainda espaço para atende mais professores. No total são 513,38m² com 20 salas e capacidade para 44 professores.

Sala de Reuniões: Atualmente dispomos de 2 (duas) salas de reuniões as quais são amplas, climatizadas e móveis. Esses espaços foram criados com a finalidade de acolher as reuniões

dos Colegiados existentes, mas vê-se que, nas mesmas pode-se realizar outras reuniões em quaisquer horários em razão de que os Colegiados existentes têm sua rotina, a qual não impede a realização de outras atividades nesses espaços existentes.

Sala de Coordenação financeira e administrativa: O campus possui 22 salas de apoio administrativo, com estrutura razoável atendendo os setores de transporte, diárias, direção, recepção, recursos humanos, compras, almoxarifado, coordenação administrativa, informática, subprefeitura, patrimônio, protocolo, ouvidoria e central de estágio. Quanto ao quadro de servidores, vale lembrar que foi autorizado o concurso para o 1º semestre de 2014, devendo aumentar para 30 servidores efetivos. Neste sentido, o quadro será suficiente para atender as necessidades dos cursos já existentes e de novos cursos, como o educação física.

Gabinetes e trabalho de professor: contamos hoje com 20 gabinetes destinados ao trabalho docente como estudos orientação acadêmica, entre outros. Essas salas são todas climatizadas, possuem mobiliário adequado como armários, mesas, cadeiras, ramal telefônico e computadores conectados à internet. Cada sala foi construída para receber dois professores.

Secretaria Acadêmica. O setor de Controle e Registro Acadêmico do campus, tem uma área de 44,97m² onde atende atualmente a 02 cursos regulares (Ciências Sociais e Pedagogia) e um semi presencial (Pedagogia/Parfor) perfazendo um total de 740 alunos em 2013/2. O espaço da setor bem como o mobiliário, pode atender mais 04 cursos e ainda tem um diferencial que é o quadro de servidores fechado com 5 servidores que atendem ininterruptamente das 08h às 20h.

Laboratório de Informática: O atual laboratório possui uma área de 118,57m² com 32 computadores e atendimento de 08h até as 22h. O número é suficiente, pois atende não só a comunidade acadêmica como também a externa. Com gestão eficiente do espaço, será possível atender a todas as necessidades acadêmicas, sendo assim o novo laboratório pensado para o novo campus.

Auditório: O Auditório (Vigilante Adão Ribeiro da Silva) fica localizado no bloco de sala de aulas e tem uma área de 114,07m², climatizado, com palco e capacidade para 90 pessoas. Esse auditório atende não só o campus como também a eventos municipais, estaduais, regionais e privados.

Bloco de Projetos: Esse bloco atende a vários projetos do campus, possui 257,60 m² e 11 salas climatizadas. Neste bloco fica também localizada o setor de informática do campus.

Bloco PARFOR: Essa estrutura veio com a implantação do curso de

Pedagogia/Parfor(Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) possui uma área de 417,62m². Nela concentra 06 salas de pequeno porte, 01 sala de aula e 01 mini auditório.

Transporte: A frota do campus concentra em 03 veículos pequenos em bom estado de conservação(voiagem, L-200 e L-200 triton) e dois micro onibus, um com capacidade para 14 passageiros e outro para 28 passageiros.

Comunicação: Atualmente o setor de comunicação funciona precariamente no campus. Não há uma sala apropriada destinada a esta finalidade. Não há nenhum boletim interno ou pessoa responsável para registrar os fatos e acontecimentos locais. As principais formas de comunicação utilizadas são os murais, espalhados nas entradas das salas de aula, nos corredores e no setor administrativo e a internet através das listas de e-mail.

Copiadora: Institucional – 01 Sala com ramal telefônico, internet e ar-condicionado, com quota mensal para o campus de 9.900 cópias, sendo distribuídas por setores conforme necessidade de utilização. Cada professor tem direito a 90 cópias mensais por disciplina.

Externa – 01 Sala com internet e ar-condicionado que atende aos discentes e comunidade em geral em 3 turnos. Há reclamações por parte dos discentes em relação ao preço das cópias, em relação ao espaço e a quantidade de máquinas para atender a demanda. Em frente ao campus também possui copiadora, atendendo as necessidades dos alunos.

Novo Campus: Com a doação da nova área de 223,240m² para a construção do novo campus, está prevista para iniciar em 2014/1 a construção da primeira etapa com 18 salas de aula, 01 biblioteca e infra estrutura. Ainda esse ano poderá ser licitado o ginásio e bloco administrativo. Esse novo espaço irá contemplar a expansão dos cursos de Tocantinópolis.

LABORATÓRIOS:

LABIN – Laboratório de Informática - Atualmente o LABIN está em um prédio com 75.24 m² só de laboratório, além de contar com dois banheiros, uma recepção e um sistema de ar condicionado. Contamos também com 40 computadores conectados a internet. Só de área para o laboratório, além de 2 (dois) banheiros, há uma área destinada para a recepção, sendo que esse espaço dispõe de sistema de ar condicionado. Atualmente contamos com 40 (quarenta) computadores conectados à internet os quais servem à comunidade acadêmica bem como à comunidade local.

Laboratório de Anatomia e Fisiologia: Esse laboratório precisará ser construído para atendimento das aulas de Anatomia Humana, Anatomia do Movimento e Fisiologia Humana. Destaca-se que se pode fazer atualmente uma parceria com as escolas locais de enfermagem a fim de

atender essa necessidade.

OBS: Será utilizado em forma de parceria o laboratório de Anatomia e Biologia do curso Técnico em Enfermagem do Centro de Ensino Médio Deputado Darcy Marinho (CEM). A previsão para o laboratório do campus é para 2015/2 com a entrega da primeira etapa de salas do novo campus. O laboratório do CEM já será utilizado para aulas práticas destas disciplinas citas até o ano de 2016/1.

Laboratório de Estudos da Atividade Física, do Exercício e dos Esportes: O laboratório acima descrito tem a função de atender às práticas de atividades aeróbicas, de condicionamento físico, alongamento além da prática de musculação. Antes da instalação desse laboratório, podemos contar com um parceria com 3 (três) academias locais.

OBS: Será utilizada através de parceria, a acadêmica de AABB e também a nova acadêmica do Tocantinópolis Esporte Clube que será inaugurada ainda em 2014 e a acadêmica da melhor idade da prefeitura municipal. Também será feito convênio com as academias privadas a fim de complementar o currículo nas atividades. Nestes espaços serão contempladas as disciplinas de Bases Cinesiológicas e Biomecânicas do Movimento Humano, Medidas e Avaliação na educação Física, Fisiologia do Exercício e Crescimento e Desenvolvimento Motor.

Laboratório De Expressão Corporal: Esta sala será reservada para a expressão corporal e disciplinas que tenham o mesmo objetivo. Inicialmente, pode-se adaptar uma sala de aula para tal finalidade.

OBS: Pela estrutura curricular, o laboratório será utilizado a partir de 2017/1, tempo este necessário para a implantação do espaço oficial no campus. Na falta deste, poderá ser utilizada a acadêmica da maior idade (Prefeitura Municipal) ou convênio com academias locais. O laboratório será para as aulas práticas de Fundamentos da Ginástica, Dança e Manifestações Rítmicas Expressivas e Base Pedagógica da Luta.

Quadra Poliesportiva/Ginásio Esportivo Coberto: para as disciplina pedagógicas de Futsal, Handebol, Basquetebol e Voleibol, o município dispõe de várias quadras poliesportivas cobertas nas escolas estaduais. Estas quadras estão em boas condições da prática das atividades e sediadas no Centro de Ensino Médio Deputado Darcy Marinho, Escola Estadual Padre Giuliano Moretti, Escola Paroquial Cristo Rei, Escola Estadual XV de Novembro e Ginásio de Esportes. A previsão da construção do Ginásio Poliesportivo com academia é 2015 e em caso não concluir as obras, será utilizado a parceira com as escolas citadas e prefeitura.

Piscina: As aulas práticas de natação e atividades aquáticas serão desenvolvidas inicialmente na piscina da Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB em parceria estipulada.

Pista De Atletismo: Para o funcionamento inicial do curso, contamos com uma pista de atletismo pertencente ao Complexo Esportivo administrado pela Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Campo de Futebol: Temos disponibilidade, mediante convênio, de utilizarmos 2 (dois) campus de futebol, sendo que um pertence ao Complexo Esportivo da Prefeitura e o outro pertence ao Tocantinópolis Esporte Clube – TEC. No estádio municipal ficará disponível o campo de futebol, com tendência de utilização da pista de atletismo do mesmo que ainda não está concluída.

6.2. Biblioteca

Atualmente a biblioteca dispõe de uma área total construída de **504 m²**, toda área com equipamento de climatização (sprinter) em varias especificações, está dividida para atender áreas de leitura, acondicionamento do acervo, serviços técnicos, com discriminação das seguintes áreas: coordenação (área: 9,89m²), espaço cultural / viidioteca. (área: 41,77m²), Sala de estudo em grupo (área: 25,50m²), Sala de pesquisa. (área: 16,01m²), Estudo individual (área: 15,64m²), Área de pesquisa (área: 107,61m²), Acondicionamento acervo (área: 121,12m²), Processamento técnico (área: 22,12m²), Atendimento e Recepção (área: 13,14m²), Circulação (área: 11,19m²), Acesso geral (área: 25,46m²), Circulação interna (área: 25,55m²), arquivo interno (área: 8,46m²), Banheiros - (área: 25,06m²) 02 banheiros adaptados para portadores de deficiência física e motora.

A Biblioteca dispõe de dezoito cabines de leituras individuais, para maior comodidade dos usuários, um armário de guarda volumes com doze portas, um quadro de avisos. Para os trabalhos técnicos a biblioteca conta com, uma impressora e oito computadores, sendo três no atendimento, três no processamento técnico, um para a televisão e um na coordenação. A biblioteca possui sistema antifurto para auxiliar contra perda ou até mesmo roubo de livros.

O acesso a biblioteca ainda não está totalmente ligado por passarelas cobertas e rampas que facilitem o acesso das pessoas com deficiências.

Em relação acervo, o acesso é livre e se dá também através de três terminais de computador disponibilizados na área de circulação interna, onde os/as alunos(as) podem consultar diretamente na biblioteca virtual. Além disso, existe uma televisão LCD de 47 polegadas para transmissão da programação da CAPES TV Web.

Em relação ao acervo a biblioteca tem uma política de aquisição, expansão, atualização do acervo e informatização.

Livros da Bibliografia Básica.

O setor responsável pelo desenvolvimento de políticas no que se refere a aquisição do acervo bibliográfico da UFT é a Coordenação do Sistema de Bibliotecas - SISBIB.

A Biblioteca funciona como órgão suplementar, previsto no regimento geral da UFT, que tem por finalidade atender às necessidades informacionais da Universidade no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A Biblioteca do *Campus* Universitário de Tocantinópolis foi piloto na implantação do SISBIB/UFT, no processo de informatização e a primeira a terminar a composição do banco de dados bibliográficos. Atualmente estão com o acervo bibliográfico cem por cento inseridos no SIE - módulo biblioteca.

A principal forma de atualização do acervo se dá pela observação dos projetos políticos dos cursos de graduação ofertados pelo campus, através das ementas das disciplinas. Professores e alunos também podem enviar listas com sugestões de livros para aquisição. A atualização do acervo bibliográfico tem ocorrido visando atender aos novos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação.

Em relação aos periódicos, o Portal da CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos de aproximadamente 9.640 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e, há mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informações acadêmicas com acesso gratuito na Internet, pode ser acessado nos laboratórios de informática. Vale ressaltar que existe orientação, através do Sistema de Bibliotecas da UFT, que é formado pelas bibliotecas dos câmpus de Palmas, Miracema, Porto Nacional, Gurupi, Arraias, Araguaína e Tocantinópolis, de disponibilizar o acesso com computadores ao Portal da CAPES, bem como, treinamento para a comunidade acadêmica dando suporte as informações necessárias sobre os periódicos disponíveis e o seu acesso.

6.3. Área de lazer e circulação

O Campus Universitário de Tocantinópolis não possui local próprio para atividades de recreação, de esporte e desenvolvimento cultural. Mesmo com a reforma realizada em 2009, o Campus continua sem um espaço de convivência.

Em junho de 2011 foi inaugurada uma cantina em uma área total de 68 metros quadrados, com cozinha, balcão de atendimento, lavabo e área coberta. Hoje atende não só a comunidade acadêmica como a externa. Em 2014 o campus passará por reformas com a construção de passarelas cobertas interligando todos os setores, calçamento, paisagismo, muro, estacionamento externo, bicicletário, estacionamento para motos e centro de convivência.

6.4. Recursos audiovisuais

Possui no campus 09 datashow, aparelhos de DVD, 06 notebook, que são utilizados nas aulas, além das caixas de som. Esses recursos estão disponíveis para docentes e alunos, sendo de fácil aquisição esses itens. Para 2014 esta prevista o recebimento de mais aparelhos datashow e notebooks além da instalação dos kits multimídia em cada sala de aula.

6.5. Acessibilidade para portador de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004)

Após a última reforma, o campus recebeu adaptações para PNE, com instalação de rampas de acesso para todos os setores e os banheiros também foram adaptados para deficientes. Também o transporte recebeu adaptações, atualmente possui um micro ônibus com espaço adaptado para cadeirante. Atualmente tem no campus um obstáculo que é a sala da direção que fica na sala no primeiro andar do prédio PARFOR. Neste não tem acesso para deficientes na sala.

6.6. Sala de Direção do Campus e Coordenação de Curso

A Sala da direção fica localizada no prédio do PARFOR e tem um ambiente amplo, com espaço para reunião, climatizado e possui como apoio uma sala de recepção que funciona das 08h às 20h.

Quanto as coordenações de curso, estão em salas climatizadas, com mobiliário, internet, ramal. Possui um funcionário para cada coordenação e previsto para o concurso de 2014 um secretário executivo para cada coordenação. No novo campus, a estrutura das coordenações será formada por uma sala do coordenador de uma recepção para secretaria executiva. Mesmo com a entrada de mais cursos, ainda tem espaço no campus atual para atender a novas coordenações.

7 – Anexos

7.1. Regimento do Curso

7.2. Atas de aprovação do PPC pelo Colegiado do Curso e pelo Conselho Diretor do Campus

7.3. Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório e Não-Obrigatório.

7.4. Regulamento de TCC

7.5. Curriculum Vitae do corpo docente: indicar os endereços de acesso na Plataforma Lattes.

7.6. Manual de Biossegurança (se houver necessidade)

7.1. REGIMENTO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CAPÍTULO I
DA INTRODUÇÃO

Art. 1 – O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 – O Colegiado de Curso de Educação Física é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3 – A administração do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

I - Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso;

II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;

III - Órgãos de Apoio Acadêmico:

a) Coordenação de Estágio do Curso;

IV - Órgão de Apoio Administrativo:

a) Secretaria.

CAPÍTULO III
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4 – O Colegiado de Curso é constituído:

I – Coordenador de Curso, sendo seu presidente;

II - Docentes efetivos do curso;

III – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Art. 5 – São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e seqüência das disciplinas que o forma, com os respectivos créditos;

II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;

III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV - opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;

V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;

VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX - propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;

X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocada, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º – Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de quorum serão considerados apenas os professores em pleno exercício.

§ 3º O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

Art. 7 – O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões, terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas oficialmente.

CAPÍTULO VI

DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 8 – A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado.

§ 1º – Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, a escolha de um Sub-Coordenador para substituir o coordenador em suas ausências justificadas.

§ 2º - O Presidente será substituído, em seus impedimentos por seu substituto legal, determinado conforme **§ 1º deste capítulo;**

§ 3º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade.

§ 4º - No caso de vacância das funções do Presidente ou do substituto legal, a eleição far-se-á de acordo normas regimentais definidas pelo CONSUNI;

§ 5º - No impedimento do Presidente e do substituto legal, responderá pela Coordenação o docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá ao Coordenador indicar o substituto.

Art. 9 - Ao Coordenador de Curso compete:

I - Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

II - Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;

III - Nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;

IV - convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;

V - organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;

VI - designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;

VII - Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 10 – A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

I – encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;

II – auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;

III – instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;

IV – executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;

V – elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

VI – secretariar as reuniões do Colegiado;

VII – redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;

VIII – manter o controle atualizado de todos os processos;

IX – manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;

X - auxiliar às atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado.

XI – desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;

XII - manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;

XIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO VIII

DO REGIME DIDÁTICO

Seção I

Do Currículo do Curso

Art. 11 - O regime didático do Curso de Educação Física reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 12 - O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 13 - A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 14 - A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 15 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Seção III

Da Oferta de Disciplinas

Art. 16 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral e aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 18 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

7.2. REGIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA

CAPÍTULO I

Da Identificação

Art. 1 O presente regimento trata da normatização das atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório do curso de Educação Física do *campus* de Tocantinópolis.

§1 - Os estágios supervisionados obrigatórios estão relacionados às disciplinas de: Estágio da Educação Infantil; Estágio do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); Estágio do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano); Estágio do Ensino Médio.

§2 - Os estágios não-obrigatórios são aqueles desenvolvidos como atividade opcional para o acadêmico, acrescida à carga horária regular e obrigatória do Curso de Educação Física.

§3 - As normatizações ora dispostas apresentam consonância com o regimento e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação Física, com a Lei nº 11.788/2008, com a normativa nº 7 de 30 de outubro de 2008 e com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CONSEPE Nº 0003/2005.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2 De acordo com o PPC de Educação Física, o Estágio Supervisionado Obrigatório tem como objetivo principal:

I - Garantir a reflexão significativa dos conteúdos da formação docente do cientista social através da observação vinculada à prática educativa em ambientes não-escolares e pedagógica em ambientes escolares num processo de problematização, teorização e intervenção.

II - Promover situações de observação ao acadêmico e reflexão sobre a prática educativa e pedagógica para compreender e atuar em situações contextualizadas;

III - Criar situações de aprendizagem a partir do envolvimento direto com a prática pedagógica e educativa em sintonia com os referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática docente;

IV - Possibilitar ao licenciado através da prática pedagógica e educativa a problematização, tematização e reelaboração de seus conhecimentos.

Art. 3º. O Estágio não-obrigatório tem por objetivo a ampliação da formação do estudante por meio de experiências profissionais em instituições públicas, empresas privadas, órgãos públicos e organizações não-governamentais.

CAPÍTULO III

Das Competências

Art. 4º. O acadêmico, na condição de estagiário, deve cumprir as atribuições e responsabilidades explicitadas no Termo de Compromisso de Estágio, competindo:

I - Procurar a Central de Estágios de seu *campus* antes de iniciar o estágio em uma instituição, empresa, ou outra localidade, para se informar sobre os procedimentos e documentos necessários;

II - Ter uma postura ética nas dependências da organização em que desenvolve o estágio, respeitar as normas e não divulgar informações restritas;

III - Entregar ao docente orientador (Estágio Obrigatório) ou ao supervisor da UFT (Estágio Não-Obrigatório) o relatório de avaliação das atividades, conforme no prazo não superior a 6 (seis) meses, ou 2 (dois) meses se a Unidade Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional;

IV - Cumprir as determinações e orientações do Professor Orientador (Estágio Obrigatório) ou do Supervisor de Estágio (Estágio Não-Obrigatório) quanto a prazos e procedimentos;

V - Frequentar assiduamente o estágio, estar presente às reuniões de orientação e acompanhamento do estágio e apresentar os relatórios de avaliação à Central de Estágio nos prazos determinados;

VI - Cumprir as normas do presente regimento e da Lei Nº 11.788/08 que dispõe sobre estágios.

Art. 5º. A unidade concedente é a instituição fora do âmbito da UFT que cede espaço para que o estagiário desenvolva as atividades previstas no estágio, compete a ela:

I - Celebrar Termo de Compromisso com a Instituição de ensino e o estagiário;

II - Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III - Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV - Contratar em favor do estagiário, na condição de estágio não-obrigatório, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, atendendo as orientações da Lei nº. 11.788/2008 que dispõe sobre estágio;

V - Por ocasião do desligamento do estagiário, entregar Termo de Realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI - Tomar as devidas providências com o acadêmico estagiário que não cumprir com as normas da instituição, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade;

VII - Enviar à UFT, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses a Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor (disponível no site www.uft.edu.br/estagios), com vista obrigatória ao estagiário.

Art. 6º. O docente orientador é o responsável pela disciplina de estágio no âmbito do curso de Educação Física do Campus de Tocantinópolis e a ele cabe a responsabilidade de:

I - Possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio;

II - Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação do profissional do estagiário;

III - Orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografia e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pela prática educativa e pedagógica;

IV - Orientar e controlar a execução das atividades do estagiário;

V - Acompanhar o planejamento do estágio;

VI - Cumprir todas as atribuições advindas do cumprimento integral da Lei Nº 11.788/08 que dispõe sobre estágios.

Art. 7º. A Supervisão do Estágio Curricular Não-Obrigatório é constituída por dois supervisores: um que é o professor da Instituição de Ensino Superior que tenha formação ou experiência na área a ser desenvolvida no estágio, e atue como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário; e o outro o que acompanha e orienta o estagiário na unidade concedente de estágio que também tenha formação ou experiência na área de estágio.

Art. 8º. É de responsabilidade dos supervisores de Estágio da UFT e da unidade concedente:

I - Possibilitar ao estagiário o embasamento teórico e/ou prático necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio;

II - Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação do profissional do estagiário;

III - Orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, cabendo especificamente ao supervisor da instituição (universidade) proporcionar a relação da bibliografia e demais materiais de acordo com as necessidades, evidenciadas pela prática educativa e pedagógica;

IV - Orientar e controlar a execução das atividades do estagiário;

V - Acompanhar o planejamento do estágio;

VI - Realizar avaliação, disponível no portal da UFT, no final do período do estágio no prazo não superior a 6 (seis) meses, ou 2 (dois) meses se a Unidade Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional que deverá ser arquivada na Central de Estágio do *câmpus*;

VII - Cumprir todas as atribuições advindas do cumprimento integral da Lei Nº 11.788/08 que dispõe sobre estágios.

Art. 9º O Supervisor do Estágio Curricular Obrigatório é o responsável pelo acompanhamento dos estagiários nas instituições concedentes de estágio:

I- Cabe a unidade concedente indicar o supervisor, desde que tenha a formação ou a experiência na área de estágio para realizar o acompanhamento dos estagiários.

II – O supervisor não poderá acompanhar mais do que 10 estagiários simultaneamente

DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO IV

Das Áreas de Estágio

Art. 11º. As atividades relativas ao estágio obrigatório poderão ser desenvolvidas em instituições previstas no Projeto Pedagógico do Curso:

I - Instituições Formais de Ensino: escolas, secretarias de educação, projetos, laboratórios, associações;

II – Instituições e Organizações Sociais e Políticas: Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais, entre outros.

CAPÍTULO V

Da Organização e Duração do Estágio

Art. 12º. O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado em quatro disciplinas denominadas:

Período	Disciplina	CHT	CHP	CH
5º	Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil	30	60	90 horas
6º	Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	30	90	120 horas
7º	Estágio Curricular Supervisionado nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ano ao 9º ano)	30	90	120 horas
8º	Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Médio	30	60	90 horas

Art. 13º. A duração dos estágios obrigatórios totalizam 420 horas. A orientação será conduzida por docentes da Fundação Universidade Federal do Tocantins, levando em consideração a lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo único: A jornada das atividades do estágio obrigatório não deve ultrapassar 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais nas unidades concedentes.

Art. 14º. A área e programação de cada estágio serão de responsabilidade do docente-orientador e do estagiário.

§1 - A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo estagiário, de comum acordo com docente-orientador.

§2 - Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo docente da disciplina de Estágio, assegurada a participação de ambas as partes nas decisões.

Art. 15º. O Plano de Atividades de Estágio Obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, professor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 16º. De acordo com o Regimento do Estágio Curricular Obrigatório dos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal do Tocantins (CONSEPE N° 003/2005), deve ser respeitada:

I - A carga horária total do estágio, mínimo 70%, deverá ser realizada em instituições de educação básica, preferencialmente em instituições públicas;

II - O estagiário deverá cumprir no mínimo 20% da carga horária total do estágio em aulas efetivamente ministradas;

III - A frequência do estagiário deverá ser 100% cumpridas nas Unidades Concedentes e, no mínimo, 75% nas atividades realizadas na Universidade.

Art. 17º. Os acadêmicos poderão ter redução de carga horária em até no máximo 200 horas de estágio, desde que comprovem através de documentos a sua experiência na área relacionada ao estágio, através de requerimento padrão e demais documentos que provem esta experiência e o tempo de duração, que deverá ser entregue após ter cumprido todas estas exigências à Central de Estágio.

Parágrafo Único: A Central de Estágio e o professor da disciplina deliberarão sobre a carga horária a ser computada para o acadêmico.

CAPÍTULO VI

Dos Locais de Realização do Estágio

Art. 18º. A escolha da instituição para a realização do estágio pode ser feita pelo estagiário e pelo docente orientador considerando a autorização prévia dos responsáveis, e o aceite da instituição concedente, seguindo as especificações descritas no Artigo 5º deste regulamento.

Art. 19º. Os estágios poderão ser realizados no município de Tocantinópolis e circunvizinhos, desde que atendam as condições previstas em lei.

Art. 20º. O estágio obrigatório deve ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

I - Pessoas jurídicas de direito privado;

II - Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. De acordo com orientações do Setor de Convênios (Vice-Reitoria) é facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 01 (um) a 05 (cinco) empregados; quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional; e quando o estagiário for funcionário do quadro de pessoal da Empresa/Unidade Concedente e acadêmico regularmente matriculado no Curso.

Art. 21º. O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Obrigatório.

CAPÍTULO VII

Da Avaliação

Art. 22º. O estagiário será avaliado no decorrer das disciplinas através de: relatórios, fichas de acompanhamento, supervisões do professor orientador e do supervisor da unidade concedente, debates, trabalhos em grupo e individuais.

Art. 23º. O Supervisor da Unidade Concedente deve avaliar o estagiário seguindo o modelo de “Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor da Unidade Concedente” estabelecido pela Coordenação de Estágios/PROGRAD a cada 06 (seis) meses.

O ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO VIII

Da Organização

Art. 24º. O Estágio Curricular Não-Obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 25º. O Estágio Curricular Não-Obrigatório pode ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

I - Pessoas jurídicas de direito privado;

II - Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. De acordo com orientações do Setor de Convênios (Vice-Reitoria) é facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 01 (um) a 05 (cinco) empregados; e quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 26º. O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Não-obrigatório.

Art. 27º. O tempo de duração do Estágio Curricular Não-Obrigatório não pode ultrapassar 02 (dois) anos na mesma instituição, 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 28º. O Estágio Curricular Não-Obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a Unidade Concedente.

Art. 29º. As atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos não são considerados estágios não-obrigatórios.

Parágrafo único. Desde que atendam todos os dispositivos da Lei do Estágio.

CAPÍTULO IX

Do Desenvolvimento e Avaliação

Art. 30º. O Plano de Atividades de Estágio Não-obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 31º. A avaliação do estagiário deve ser feita pelo Supervisor da UFT e pelo Supervisor da Unidade Concedente a cada seis meses, seguindo os modelos estabelecidos pela Coordenação de Estágios/PROGRAD.

Art. 32º. O Supervisor da UFT será escolhido entre os membros do Colegiado do curso, desde que tenha formação na área a ser desenvolvida no estágio.

§1 - Cada Supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2 - A avaliação deve considerar os critérios estabelecidos no modelo de avaliação proposto pela Coordenação de Estágios/PROGRAD (disponível no site www.uft.edu.br/estagios) e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada 06 (seis) meses ou a cada 02 (dois) meses se a Concedente for órgão público federal, autarquia ou fundacional.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais

Art. 33º. Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelos responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 34º. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

7.3. Manual do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

1. Introdução

Conforme o Projeto Político Pedagógico do Curso de Educação Física o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC será elaborado na forma monográfica. O trabalho monográfico deve estar focado em uma problemática concreta, isto é, voltado para investigação e sistematização crítica a partir de uma questão ou problemática específica, elucidada e reconhecida pela comunidade acadêmica envolvida com o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em relação à natureza propriamente dita do trabalho monográfico, SEVERINO (2000), juntamente com outros estudiosos da metodologia da pesquisa científica destaca:

O termo *monografia* designa um tipo especial de trabalho científico. Considera-se monografia aquele trabalho que reduz sua abordagem a um único assunto, a um único problema, com um tratamento especificado [...]. Os trabalhos científicos serão monográficos na medida em que satisfizerem à exigência da especificação, ou seja, na razão direta de um tratamento estruturado de um único tema, devidamente especificado e delimitado. O trabalho monográfico caracteriza-se mais pela unicidade e delimitação do tema e pela profundidade do tratamento do que por sua eventual extensão, generalidade ou valor didático” (SEVERINO, 2000, p. 128-129, grifo do autor).⁷

Assim, para a produção monográfica será necessário especificar a questão a ser tratada. Essa questão poderá sair dos estudos anteriormente realizados no ensino, estágio, pesquisa ou extensão, e, necessariamente articulados com os campos específicos de atuação dos professores/pesquisadores – orientadores.

O Docente Titular da disciplina Pesquisa em Educação Física Escolar I incentivará encontros com possíveis professores orientadores para adesão ou não da orientação. O Manual trata das normas gerais para o processo de elaboração do TCC.

2. Objetivo:

- Estabelecer parâmetros quanto ao processo de elaboração do trabalho monográfico, considerando as ações do ensino, do estágio e dos orientadores e suas respectivas áreas de atuação na pesquisa e na extensão, bem como o interesse dos alunos.

⁷ SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

3. Das Normas Gerais

3.1. Do Pré-Projeto ao Projeto Monográfico.

Considera-se pré-projeto, o ensaio de projeto elaborado pelo aluno na disciplina de **Metodologia do Trabalho Científico**. Esse será o ponto de partida para a disciplina de Pesquisa em Educação Física Escolar I. Após socialização e debate do mesmo a disciplina procederá a ampliação em Projeto Monográfico.

3.2. Roteiro inicial do Pré-Projeto: o **Pré-Projeto**, apresentado no âmbito da disciplina: Pesquisa em Educação Física Escolar I constará obrigatoriamente, no mínimo, de:

- **Identificação** (curso, período, turno, nome completo do aluno).
- **Temática de interesse** (delimitar temática da pesquisa a partir das linhas de pesquisa dos docentes do Curso de Educação Física)
- **Título provisório**
- **Delimitação do problema**
- **Justificativa**
- **Referencial Teórico**
- **Objetivos**
- **Procedimentos Metodológicos**
- **Cronograma**
- **Referências bibliográficas**

Obs.: O Pré-projeto pode ser acrescido ou não, de outros itens do modelo de projeto, por iniciativa do aluno, conforme o acúmulo e experiência.

3.3. O Pré-projeto deverá ser transformado em **Projeto Monográfico** durante a disciplina de Pesquisa em Educação Física Escolar I.

3.4. Durante a realização da disciplina Projeto de TCC o acadêmico tomará conhecimento do Manual de TCC e das linhas de pesquisa dos docentes do Curso de Pedagogia, momento em que entrará em contato com seu futuro professor-orientador e assinará o **Termo de Compromisso de Orientação**.

3.5. A matrícula na disciplina Pesquisa em Educação Física Escolar I está condicionada à aprovação na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico. E a matrícula na disciplina de Pesquisa em Educação Física Escolar II, está condicionada a aprovação na disciplina de Pesquisa em Educação Física Escolar I

3.6. A avaliação da orientação da disciplina Pesquisa em Educação Física Escolar I será feita pelo orientador, mediante o acompanhamento do trabalho do orientando e análise de sua produção.

3.7. A avaliação da orientação da disciplina Pesquisa em Educação Física Escolar II será feita por uma banca examinadora, composta pelo orientador e por mais um professor convidado, mediante análise da apresentação pública e do trabalho escrito pelo aluno.

4. Do processo de orientação posterior à disciplina Pesquisa em Educação Física Escolar

4.1. Do professor orientador e do professor membro da banca examinadora. O professor poderá ser orientador ou examinador se possuir o título de especialista, mestre ou doutor.

4.2. Em regra geral, o professor orientador em exercício efetivo oferecerá vagas disponíveis para a orientação considerando o planejamento da Coordenação referente ao número regular de orientandos do Curso. Os casos particulares que configuram exceção na quantidade máxima de orientandos por docente no campus serão, a saber: Cargo de Coordenação de Curso, Direção do Campus e casos omissos.

4.3. A quantidade mínima para os casos em exceção, levará em consideração os encaminhamentos do Colegiado do Curso articulado à disponibilidade do professor.

4.4. A escolha do orientador ou examinador de monografia de TCC seguirá os seguintes critérios por ordem de prioridade: **1)** Docente do Curso de Educação Física; **2)** Docentes de outros cursos do Campus; **3)** Docente do quadro permanente da UFT de outros campus; **4)** Professor substituto, professor convidado, professor voluntário que já tenha iniciado seu trabalho de orientação no período de efetivo exercício; **5)** Professor de outras IES (somente

como examinador ou suplente).

5. Do Tema

5.1. O acadêmico deverá escolher o tema de estudo de seu interesse, respeitada a área do curso e as perspectivas de orientação de trabalhos divulgadas durante a disciplina Pesquisa em Educação Física Escolar I. As temáticas de estudo dos acadêmicos para elaboração do TCC serão orientadas de acordo com as linhas de pesquisa dos docentes do Curso de Educação Física.

6. Formato Monográfico.

6.1. A monografia constará de no mínimo **30 páginas** contadas da introdução ou apresentação.

6.2. Letra 12, Normal, Times New Roman ou Arial, espaço 1,5; configuração da página sendo: superior 3 cm, inferior 2 cm, esquerda 3 cm e direita 2 cm, (ou conforme as Normas da ABNT NBR 14724:2011)

6.3. Para depósito visando a apresentação e defesa, os três exemplares poderão ser encadernados em formato espiral simples.

6.4. Para entrega do exemplar definitivo na secretaria acadêmica, deverá ser entregue um **Termo de Entrega do Exemplar Definitivo** com a assinatura do orientador dando ciência das modificações sugeridas pela banca avaliadora, quando necessárias. O exemplar definitivo entregue à Secretaria do Curso de Educação Física deverá estar encadernada em capa dura de cor azul, com as devidas correções apontadas pela banca.

6.5. Para a apresentação gráfica geral do trabalho, sugerimos exemplos ao final deste manual, referente à capa, folha de rosto, ficha catalográfica, folha de aprovação, dedicatória, agradecimentos, epígrafe, sumário, resumo, abstract e referências.

7. Atribuições do docente-orientador

- Orientar, acompanhar e avaliar o estudante durante o processo de desenvolvimento do TCC em todas as suas fases;
- Registrar a frequência e o desempenho do estudante no diário eletrônico observando os prazos estabelecidos pelo calendário acadêmico;
- Definir, juntamente com os orientandos, um **Cronograma de Atividades de Encontros Presenciais e Virtuais**, orientando-os quanto à entrega de documentos e cumprimento dos prazos previamente definidos e acordados;
- Cumprir prazos de correção e devolução do material aos orientandos, respeitando o cronograma com eles acordado;
- Indicar bibliografia básica aos orientandos;
- Orientar os estudantes, no tocante a nomes de docentes que farão parte da Banca Examinadora;
- Presidir a Banca Examinadora do TCC do estudante sob sua orientação (IFPE, 2010)⁸.

8. Atribuições do orientando

- Informar-se sobre as normas e regulamentos do TCC e cumpri-las;
- Definir, com base nos eixos temáticos de pesquisa pertinentes a seu curso, a temática do TCC;
- Comparecer às orientações nos dias e horários pré-estabelecidos entre ele e o docente-orientador, bem como apresentar o Cronograma de Atividades de Encontros Presenciais e Virtuais e a Ficha de Acompanhamento de Atividades pertinentes aos encontros de orientação;
- Cumprir as atividades estabelecidas pelo docente-orientador do TCC;
- Entregar à Secretaria do Curso, através **Termo de Entrega do Exemplar Definitivo**, a versão final do TCC, com as correções linguísticas realizadas, formatada segundo às normas da ABNT e encadernadas em capa dura, atentando para as sugestões feitas pela Banca Examinadora;

⁸ BRASIL. **Regulamento de Trabalhos de Conclusão de Cursos Superiores do IFPE**. Aprovado em reunião do Conselho Superior do IFPE. Disponível em: <http://www.recife.ifpe.edu.br/userfiles/Regulamento%20do%20TCC%20do%20IFPE.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.

- Solicitar ao Coordenador do Curso a substituição do docente-orientador, justificando por escrito, nos casos em que houver descumprimento do que foi definido no Termo de Compromisso assinado pelo docente-orientador (IFPE, 2010).

9. Sanções relativas a quebra da conduta ética

9.1. O acadêmico que durante o processo de construção do TCC, porventura apresentar quebra de conduta da ética (plágio, comércio, abandono de orientação sem aviso formal à Coordenação de Curso, entre outros), terá o seu trabalho considerado reprovado. (IFPE, 2010).

10. Da composição da Banca, das cópias do trabalho, da apresentação pública e dos prazos.

10.1. A Banca examinadora será constituída por dois membros titulares: o professor orientador e o professor examinador convidado.

10.2. O professor examinador e seu suplente, serão escolhidos pelo orientador em acordo com o orientando.

10.3. O professor orientador e o professor suplente deverão ser informados da desistência da participação na banca, pelo professor examinador, no mínimo, com uma semana de antecedência.

10.4. O professor suplente terá todas as prerrogativas do professor examinador convidado para o exame.

10.5. Compete ao orientando informar oficialmente a Secretaria da Coordenação de Curso e a Secretaria Acadêmica a composição da Banca Examinadora, dia e horário da realização para conhecimento e divulgação.

10.6. Para o momento da defesa, cada examinador da Banca deverá receber uma cópia do trabalho, no **mínimo com três semanas de antecedência da defesa**, através da Secretaria do Curso, que providenciará o protocolo de depósito da monografia, sendo 1 (um) para o orientador e 2 (dois) para os examinadores (titular e suplente).

10.7. A apresentação do trabalho pelo aluno será pública e consistirá em exposição/arguição durante um tempo entre 15 e 25 minutos.

10.8. Após a arguição do aluno, o professor orientador passará a palavra ao examinador que fará o exame público da obra por vinte minutos.

10.9. Em seguida, o aluno dialogará publicamente com o examinador respondendo as questões por aproximadamente 10 minutos.

10.10. O orientador solicitará ao examinador que faça suas considerações finais.

10.11. O orientador fará suas considerações sobre as arguições e o processo de produção do TCC.

10.12. O orientador convidará o examinador para, em sigilo de exame, definir a avaliação final, “aprovado” ou “reprovado”.

10.13. Em seguida declarará publicamente o resultado final.

10.14. Após a realização da defesa, a cópia definitiva do trabalho deverá ser entregue na Secretaria do Curso **até o término do semestre letivo** com a recomendação de que seja em capa dura, de cor azul padrão, como forma de identificação das monografias da graduação, que serão disponibilizadas na Biblioteca do Campus. Conforme o Projeto Político Pedagógico, a entrega deste exemplar definitivo condiciona o acesso ao diploma do curso.

11. Para a avaliação da monografia será considerado:

11.1. Assiduidade do aluno, sua capacidade para condução do trabalho acadêmico, a estrutura e normalização (normas da ABNT), capacidade para redigir e se expressar oralmente, o conteúdo isto é sua relevância, objetividade e clareza.

11.2. O resultado final será expresso pelos conceitos “Aprovado” ou “Reprovado”.

11.3. O trabalho do aluno que obtiver “Reprovado” deverá matricular-se novamente na

disciplina de **Pesquisa em Educação Física Escolar II** e, poderá a critério do professor orientador, ter o vínculo de orientação suspenso, a partir de um documento entregue à Secretaria da Coordenação de Curso justificando sua desistência da orientação.

11.4. A apresentação pública será em regime de fluxo contínuo, desde que, em dia letivo.

12. Dos casos omissos

12.1. Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Coordenação do Curso e/ou pelo Colegiado do Curso de Educação Física.

Curriculum Vitae do corpo docente

Será anexado ao PPC após a realização do concurso para o cargo professor do Magistério Superior

Manual de Biossegurança

Este manual segue na íntegra o modelo elaborado pelo Colegiado do curso de Medicina, uma vez que o curso de Educação Física utiliza-se dos laboratórios dos cursos da área da saúde do Campus de Palmas. Foram retirados do texto elementos que mencionam a biossegurança para atendimento clínico, pois este não é o foco de atuação do licenciado em Educação Física.

INTRODUÇÃO

A biossegurança é um tema de grande importância no campo da saúde, despertando cada vez mais o interesse dos profissionais comprometidos com um serviço de qualidade.

A biossegurança vai desde a aquisição de produtos e materiais hospitalares de qualidade até a prevenção de doenças contagiosas através da vacinação. Passa pelo campo da saúde do trabalhador e pelo direito de segurança do paciente diante das intervenções clínicas de seu cuidador (terapêuticas, cirúrgicas etc).

A esterilização dos materiais deve ser feita antes e depois do uso com os pacientes após contato com sangue e saliva.

O processo de esterilização em unidades de ensino e pesquisa deve ser realizado em local apropriado e por profissionais treinados, preferencialmente numa unidade denominada Central de Esterilização.

A Central de Esterilização atende a demanda das aulas práticas e da rotina clínica dos alunos, seguindo as normas preconizadas pelo Ministério da Saúde, com as seguintes características:

- local de fácil acesso, reservado apenas para a finalidade de esterilização, com temperatura controlada até 20° C e umidade relativa do ar entre 30 e 60%, com acesso e circulação restritos;
- dispor de 3 áreas: uma para processamento de material, uma para estocar os materiais estéreis e outra para apoio (administração e estoque);
- dispor de 1 (uma) autoclave de grande porte para processar a esterilização e 1 (uma) de pequeno porte;
- paredes e bancada construídas com facilidades de limpeza, sem ângulos vivos e reentrâncias. Devem ser limpas com hipoclorito de sódio a 1% ou álcool a 70%. O piso deve ter revestimento apropriado. Deve ser lavado e seco diariamente, assim como o teto e as paredes;
- o ambiente deve ter protetores contra incêndio classe C em local visível e devem ser limpos com álcool a 70% para retirada de poeira;
- ao manipular os instrumentais recém- esterilizados os profissionais devem estar usando luvas térmicas. Outros EPI indicados são: gorro, máscara, luvas grossas e de procedimento e propés;
- a sala de esterilização deve ter placa de sinalização com as advertências de Proibido Fumar, Entrada Restrita, Uso de Paramentação Apropriada;.

1- CENTRAL DE ESTERILIZAÇÃO

É o ponto base do manual de biossegurança. É nesta unidade que vai ser realizada a descontaminação de todo instrumental com material e fluídos orgânicos utilizado com os pacientes nos ambulatórios, que forem reutilizáveis e não descartáveis.

A central deve realizar a esterilização de artigos utilizando-se para este fim, das autoclaves. A esterilização pelas autoclaves usa calor sob pressão, transferindo o calor com maior eficiência em tempo menor, sob temperatura de 121° C e pressão de 15 psi.

Os artigos a serem esterilizados em autoclaves devem passar previamente por degermação, embalagem e identificação com fita adesiva para identificação do processo.

O processo de esterilização deve ser validado para indicar a efetividade da esterilização. Os indicadores do processo de esterilização são fitas adesivas para autoclaves que após passagem pelo calor úmido mudam de cor, indicando que houve exposição a temperatura da autoclave. Este sistema pode ser utilizado semanalmente, assim como os indicadores biológicos, que correspondem a tiras de papel impregnadas com esporos bacterianos, que devem ser colocadas dentro de alguns artigos a serem esterilizados e após o processamento em autoclave são retirados para semeadura em meio de cultura. Tiras controle devem ser utilizadas para comparação. Se houver crescimento em meio de cultura com o indicador biológico, deve-se repetir a esterilização do artigo e fazer nova validação do processo.

2- EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - E.P.I

Fica adotado para os alunos o uso de jaleco branco nas aulas práticas, sendo dispensável para as aulas teóricas. O jaleco deve longo, de mangas curtas ou longas, de microfibra ou tecido similar. Nas aulas práticas em que houver procedimentos clínicos, o jaleco deve ser descartável, branco, azul ou verde, longo e de mangas compridas. Não será permitido usar shorts, bermudas, minissaias, roupas decotadas e sandálias durante o atendimento clínico e nas aulas práticas.

Seguir a paramentação abaixo:

- aulas práticas em laboratório: jaleco de tecido branco com manga longa. O uso de máscaras, gorros, luvas e óculos ficam a critério de cada professor de acordo com as atividades de cada disciplina, ressaltando a importância da devida segurança para professores e alunos;

3- CONDUTA PARA OS CASOS DE ACIDENTE BIOLÓGICO

Todo e qualquer acidente biológico ocorrido nas dependências do curso de medicina da UFT ou em atividades ligadas ao mesmo (unidade hospitalar) devem ser comunicados ao professor responsável e notificados para o Colegiado do curso, preenchendo Formulário de Notificação de Acidente Biológico. O aluno acidentado e, se possível, o paciente devem ser encaminhados para a emergência do Hospital Geral de Palmas para as providências necessárias (coleta de sangue, sorologia para HIV, medicamentos anti-retrovirais profiláticos etc).

4- VACINAS

Todo o corpo docente e discente e funcionários da UFT devem participar das campanhas de vacinação promovidas na instituição. São recomendadas as imunizações contra tétano, difteria, febre amarela e hepatite e cada indivíduo deve manter a carteira de vacinação em dia.

Cada aluno deve apresentar sua carteira de vacinação antes do início das atividades clínicas.

5- DESCARTE DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE

Todo o material contaminado com secreções de pacientes ou outros resíduos das aulas práticas, que oferecem risco aos docentes, discentes, pacientes e ao meio ambiente devem ser descartados em recipientes apropriados e coletados adequadamente pelo município, segundo resolução do CONAMA 005, de 5 de agosto de 1993.

Os resíduos sólidos do grupo A englobam sangue e hemoderivados, animais usados em experimentação, bem como os materiais que tenham entrado em contato com os mesmos; secreções, excreções e líquidos orgânicos; meios de cultura; tecidos, órgãos, fetos e peças anatômicas; filtros de

gases aspirados de áreas contaminadas; resíduos advindos de áreas de isolamento; restos alimentares de unidades de isolamento; resíduos de laboratórios de análises clínicas; resíduos de unidades de atendimento ambulatorial; resíduos de sanitários de unidades de internação e enfermaria e animais mortos a bordo de meio de transporte. Neste grupo ainda incluem os objetos perfurantes ou cortantes, capazes de causar punctura ou corte (lâmina de barbear, bisturi, agulhas, escalpes, vidros quebrados etc, provenientes de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde).

Os resíduos do grupo D incluem todos os demais resíduos que não se enquadram nos grupos descritos anteriormente.

Fundação Universidade Federal do Tocantins

Colegiado do Curso de Educação Física

FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO DE ACIDENTE BIOLÓGICO

Nome do aluno: _____

Nível: () Graduação () Especialização () Mestrado () Doutorado

Matrícula (se aluno de graduação): _____

Data do acidente: _____ Horário: _____

Disciplina em que ocorreu o acidente: _____

Atividade: _____ Clínica de: _____

Laboratório de: _____

Professor que estava supervisionando o aluno: _____

Matrícula: _____

Tipo de acidente:

Providências tomadas:

Assinatura do aluno

Assinatura do professor

Referencias:

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCACAO Parecer CNE/CP no 21/2001, aprovado em 6 de agosto de 2001. Dispões sobre a duração e carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. CONSELHO NACIONAL DE EDUCACAO/CAMARA DE EDUCACAO SUPERIOR. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/021.pdf>>. Acesso em 28/02/2012.

BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCACAO NACIONAL -LDB LEI n. 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> acesso em: Acesso em 28/02/2012.

_____. **Resolução no 7, 2004**, dispõe sobre Diretrizes Curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.

_____. **Resolução n. 2, 2002**, que Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

_____. **Parecer n. 28, 2001**, que Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

_____. **Territórios da Cidadania: Região do Bico do Papagaio.** Disponível em http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/bicodopapagaioto/one-community?page_num=0. Acessado em: 12.01.2013.

_____. **Lei no. 11.788 de 25/9/2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

_____. **Resolução no. 02/1997**, de 26 de junho de 1997, que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível médio. Brasília: MEC/CNE, 1997.

_____. **Parecer CNE/CP no. 009/2001**, de 08 de maio de 2001, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. **Parecer CNE/CP no. 021/2001**, de 06 de agosto de 2001, que estabelece a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. **Parecer CNE/CP no. 027/2001**, de 02 de outubro de 2001, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. **Parecer CNE/CP no. 028/2001**, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. **Resolução nº 1/2002**, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 38/2006**. Brasília: MEC/CNE, 2006.

_____. **Resolução nº 4, de Agosto de 2006**, que altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACEDO, R. S. **Chrysallís, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21 ed. São Paulo, Cortez, 2000. p. 128.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Matriz curricular do Departamento de Educação Física – FACED/UFBA.** Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/departamento-de-educacao-fisica/disciplinas>. Acesso em: 27 fev. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) N.º 24/2012 Dispõe sobre as alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física - PARFOR (Campus de Miracema). http://download.uft.edu.br/?d=b9c0eda6-5dc4-4517-baed-b379747115a2:24_2012_alteracoes_no_ppc_do_curso_de_licenciatura_em_educacao_fisica_parfor_5755.pdf. Acesso em: 27 fev. 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. **Resolução 07-2007** CONSEPE. Projeto Pedagógico Institucional - PPI. Palmas, 2007a. Disponível em:<http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,1810/>. Acesso em 28/02/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT. **Resolução 12-2007** CONSUNI. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2007-2011). Palmas, 2007b. Disponível em:<http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid_2022/>. Acesso em 28/02/2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Educação Física.** Disponível em: http://www.faei.ufu.br/sites/faei.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/EF_ProjetoPedagogico.pdf. Acesso em: 27 fev. 2014.